



**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, PESQUISA E EXTENSÃO  
MESTRADO EM GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**FERNANDA DE LAZARI CARDOSO MUNDIM**

**(IM)POSSIBILIDADES DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO  
PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DA MULHER: um estudo de caso no  
Assentamento Rural Pastorinhas**

**Belo Horizonte  
2010**

**FERNANDA DE LAZARI CARDOSO MUNDIM**

**(IM)POSSIBILIDADES DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO  
PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DA MULHER: um estudo de caso no  
Assentamento Rural Pastorinhas**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Inovações Sociais, Educação e Desenvolvimento Local.

Linha de pesquisa: Processos Político-Sociais: Articulações Institucionais e Desenvolvimento Local.

Orientador: Prof. Doutor Armindo dos Santos de Sousa Teodósio.

**Belo Horizonte  
2010**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA  
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, PESQUISA E EXTENSÃO  
MESTRADO EM GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**Dissertação intitulada “(IM)POSSIBILIDADES DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DA MULHER: um estudo de caso no Assentamento Rural Pastorinhas”, de autoria da/o mestrando/a Fernanda de Lazari Cardoso, aprovada pela banca examinadora, constituída pelos seguintes professores:**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr. Armindo dos Santos de Sousa Teodósio.**

**(Orientador/a) – UNA**

---

**Prof. Dra. Eloisa Santos – UNA**

---

**Prof. Dra. Glaucia Vasconcellos – Puc Minas**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Lucília Machado  
Coordenadora do Mestrado Profissional em Gestão  
Social, Educação e Desenvolvimento Local**

**Belo Horizonte, 27 de abril de 2010**

## **DEDICATÓRIA**

Este trabalho é dedicado a todos do Assentamento Rural Pastorinhas, que viabilizaram a pesquisa e foram imprescindíveis para esta modesta contribuição em busca das inovações sociais como processos de um desenvolvimento sustentável, embasado na educação e na solidariedade.

## AGRADECIMENTOS

À fé, energia vital que nos impulsiona a crer que existe um ser superior olhando por nós, guiando os nossos passos, mesmo quando o livre arbítrio nos tire a direção.

À minha mãe, Irma, prova viva de que não há nada que uma mãe não possa enfrentar.

Ao meu pai, pelo amor dedicado e à minha irmã, Marcela, exemplo de pessoa especial, sempre pronta para fortalecer a união fraterna.

Ao meu marido, Guilherme, pela compreensão nos momentos de ausência.

Às minhas tias, Neuza e Terezinha, que me ensinaram que ajudar ao próximo, pela própria lei da natureza, nos é devolvido em dobro.

Às minhas queridas tias, Ilkinha e Nazita, exemplos da amizade além da vida.

À minha prima, Mariana, que olha dentro dos corações das pessoas, porque sabe que é de lá que extraímos o que temos de melhor.

Ao meu amigo Rennan, por percorrer tantos caminhos ao meu lado.

Às queridas Marisa e Adriana, pela descoberta de grandes amizades.

À querida professora Miracy, responsável pela utopia que me alimenta, fazendo-me acreditar em uma sociedade mais justa e democrática.

Ao meu orientador, “Téo”, peça fundamental nesse percurso em busca do conhecimento científico.

“Não me sinto obrigado a acreditar que o mesmo Deus que nos dotou de sentidos, razão e intelecto, pretenda que não os utilizemos.”

Galileu Galilei

## RESUMO

Este estudo analisa o processo de emancipação da mulher em arranjos sócio-produtivos da Economia Popular Solidária (EPS) a partir de um estudo de caso no Assentamento Rural das Pastorinhas, localizado na região de Brumadinho, Minas Gerais. Entende-se que a EPS pode contribuir para o enfrentamento das desigualdades de gênero, pois reconhece e procura fazer frente a diferentes formas de discriminação, não apenas relacionadas ao gênero, que se manifestam na sociabilidade em sua dimensão política, cultural e econômica. Ao propor ressignificar o trabalho a partir da satisfação das necessidades pessoais e não pelo seu valor de troca, a EPS contribuiria, dentre outros fatores, para o rompimento da divisão sexual do trabalho. Além disso, o discurso da Economia Popular Solidária reconhece a relevância da inserção dos atores sociais, inclusive e sobretudo as mulheres, na organização comunitária e política de seus arranjos sócio-produtivos. Para se problematizar a condição das mulheres no Assentamento Pastorinhas foram realizadas entrevistas semi-estruturadas em profundidade com diferentes participantes desse empreendimento e realizadas visitas de campo, tanto no assentamento quanto nos locais nos quais são comercializados os produtos do Pastorinhas, sendo possível observar e interagir com os indivíduos em seu cotidiano, verificando a articulação social, a organização produtiva e o relacionamento com realidades e atores externos ao assentamento analisado. Apesar da comunidade do assentamento apresentar certo grau de organização baseada nos princípios solidários e cooperativos da EPS, ainda existem desafios a serem superados no processo de emancipação dos assentados, sobretudo com relação às mulheres.

**Palavras-chave:** Economia Popular Solidária; Gênero; Emancipação das Mulheres.

## ABSTRACT

This study examines the process of emancipation of women in social and productive community based on the Popular Solidarity Economy (PSE) values, from a case study in the Pastorinhas Settlement, located in the rural area of city of Brumadinho, Minas Gerais, Brazil. It is understood that the PSE may contribute to the confrontation of gender inequalities, because it recognizes and tries to surpass different forms of discrimination, not only related to gender, manifested in the political, cultural and economic perspectives of social life. The PSE would reframe the work from the satisfaction of personal needs and not by its exchange value and break the sexual division of labor. Moreover, the discourse of Popular Solidarity Economy recognizes the importance of inclusion of social actors, including women, in the political arrangements of their socio-productive communities. To discuss the status of women in Pastorinhas settlement we conducted semi-structured in-depth interviews with different participants in this project and conducted field visits, both in settlements and in the places where their products are sold. It was possible to observe and interact with individuals in their daily life, noting the social articulation, organization and productive relationships with external actors to the settlement researched. Although the community of the settlement provide a degree of organization based on principles of solidarity and cooperative, there are still challenges to overcome in the process of emancipation of the settlers, especially regarding women.

**Keywords:** Popular Solidarity Economy; Gender; Women Emancipation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 As diferentes teorias feministas	36
Figura 1 Emancipação da mulher	50
Tabela 1 Perfil dos entrevistados	57

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EPS	Economia Popular Solidária
NSE	Nova Sociologia Econômica
ES	Economia Social
MST	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ONG	Organização Não Governamental
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
CEDESETS	Centro de Documentação Éloi Ferreira
CEASA	Centrais de Abastecimento S/A
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2 JUSTIFICATIVA E PROBLEMATIZAÇÃO	15
3 OBJETIVOS	20
3.1 Objetivo geral	20
3.2 Objetivos específicos	20
4 MARCO TEÓRICO	21
4.1 Um novo olhar sobre a economia: Nova Sociologia Econômica e Economia Social	21
4.2 Polissemias na construção do campo da Economia Popular Solidária	25
4.3 Desafios, possibilidades e armadilhas da Economia Popular Solidária	30
4.4 Relações de gênero na sociabilidade contemporânea e os desafios da emancipação feminina na EPS	33
4.5 Emancipação: um objeto de desejo?	45
4.6 Relações de gênero nas dinâmicas associativas solidárias	46
5 METODOLOGIA	51
6 ANÁLISE DOS DADOS	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	76
ANEXO 1 - Roteiro de entrevista no Assentamento Pastorinhas	81
ANEXO 2 – Cartilha da mulher na Economia Popular Solidária	84

## INTRODUÇÃO

Ao mesmo tempo em que se somam na realidade contemporânea dinâmicas de exclusão econômica, social e política, atreladas ao funcionamento dos processos capitalistas de produção e consumo, observa-se uma proliferação de iniciativas que procuram fazer frente às estruturas, valores e pressupostos fundantes da economia tradicional. Campo de rico debate acadêmico e também entre os envolvidos na operacionalização de intervenções socioeconômicas, a Economia Popular Solidária (EPS) abriga muitas das utopias contemporâneas em busca de igualdade, participação econômica, política e cidadania, enfim, de uma “outra economia”.

Entre as lutas que se desenvolvem no campo da EPS, não apenas as questões tradicionalmente associadas ao papel dos trabalhadores no modo de produção, à organização política das comunidades e a equidade social se fazem presentes. Nos projetos idealizados e que envolvem diferentes grupos sociais, encontram-se, também, lutas e esperanças depositadas no campo do respeito às culturas locais, na sustentabilidade ambiental, no combate ao preconceito racial e/ou étnico e, também e com destaque, as questões de gênero.

Como forma de superação do capitalismo e enfrentamento aos vários problemas econômicos e sociais no mundo, surgiria uma “outra economia”, abordada por vários autores, tornando-se plural. Esta “outra economia” procuraria reafirmar a importância do trabalho para os indivíduos e para a sociedade, sendo esse trabalho realizado de forma emancipadora e autogestionária, ou seja, seria uma alternativa ao trabalho repetitivo, sem sentido, explorador. Seria o grande desafio de reforçar as lutas sociais em curso no capitalismo avançado.

Neste trabalho, serão discutidos os limites e possibilidades dessa “outra economia” no processo de emancipação da mulher, caracterizada como Economia Popular Solidária (EPS). A EPS, vista como uma possibilidade concreta de transformação das relações sociais pode ser uma alternativa encontrada para o processo de emancipação do sujeito, de geração de trabalho e renda e inclusão política e social.

Cabe ressaltar que existem várias imprecisões terminológicas, que serão esclarecidas no desenvolvimento do trabalho, em torno dos termos Economia Popular, Economia Solidária, Economia Social e Economia Popular Solidária. Para França (2002), as diferenças entre estes termos estão relacionadas à construção de um discurso próprio a cada um deles. Tais discursos vinculam-se, evidentemente, aos seus respectivos contextos específicos de realidade. Importa, assim, entender em que lugar sócio-histórico se constroem essas categorias e qual o significado particular que acompanha a origem desses conceitos.

Enquanto um campo em desenvolvimento, a EPS, além de estar ligada à construção de uma sociedade mais democrática e justa, poderia defender uma concepção de trabalho que potencializasse as capacidades dos indivíduos como seres conscientes, livres e socialmente inseridos em dinâmicas de vida coletiva e solidária. Além disso, a EPS vem se mostrando como um meio importante para o processo de sociabilidade, no sentido de criar um espaço para de interação democrática e equitativa, marcada pelo diálogo e pelos processos emancipatórios e criativos.

Para Nogueira (2004), no processo de avanço da emancipação feminina, a feminização do mundo do trabalho seria positiva, à medida que levaria a mulher ao trabalho fora do espaço doméstico. Mas também seria marcada pela negatividade, pois a mulher trabalhadora, muitas vezes, ocupa espaços nas modalidades exploradoras de trabalho, como os estratos assalariados industriais e de serviços, trabalhos informalizados, regime do trabalho *part-time* e temporário, dentre outros, preservando o abismo existente, dentro da classe trabalhadora, entre o contingente masculino e feminino. Apesar dessa realidade de exclusão no mundo do trabalho, vê-se na formação de empreendimentos de caráter solidário uma possibilidade de valorizar o trabalho feminino e as relações democráticas, pois esses empreendimentos assentam-se em ideais de ajuda mútua e auto-sustentabilidade. Além disso, possuem a finalidade de gerar renda, criar espaços de convivência para a troca de experiência e o compartilhamento de crenças e valores, resgatarem a auto-estima e promoverem a participação e integração de grupos de pessoas com interesses comuns.

Segundo Gohn (2008), ser mão-de-obra de processos informais de trabalho para geração de renda ou ter cartões para receber benefícios das políticas de “proteção social” não são vias que levam a emancipação das mulheres, nem lhes possibilitam constituírem movimentos sociais transformadores da sociedade. Entende-se que esse tipo de política de assistência despolitizaria o trabalho das mulheres em grupos e movimentos sociais, deslocando o foco das redes culturais de identidade e pertencimento para redes tecidas nas políticas ditas inclusivas, analisadas por grande parte da intelectualidade que discute as políticas sociais do país.

A construção social das diferenças entre os sexos, legitimadas e perpetuadas por meio das relações da sociedade e estereótipos de gênero, acabou por excluir a mulher das esferas de poder, estando esta pouco ou nada incluída nos processos de tomada de decisões nas diferentes dimensões da vida em sociedade. Entretanto, com a ascensão de novos valores e crenças, bem como os reflexos promovidos pela intensificação das relações de consumo na sociedade contemporânea, uma nova mulher estaria sendo lapidada. Uma mulher que, embora

se esforce para superar a beligerância que marcou o movimento feminista na década de 70, ainda luta contra a hegemonia masculina. Diante disso, a EPS poderia ser um facilitador da presença das mulheres no espaço público, promovendo mudanças consideráveis nas relações domésticas e sociais em direção à sua emancipação.

A idéia de se trabalhar com este tema deve-se à sua relevância, à pouca literatura disponível na área e à própria constatação, derivada da discussão teórica, de que é importante desenvolvê-la. A EPS se apresenta como uma possibilidade de superar as diferenças de gênero, por se tratar de uma organização que possui como um dos seus princípios a solidariedade e cooperação entre seus membros. Falar de Economia Popular Solidária seria ressignificar a própria economia no sentido de recuperar sua dimensão ética e entender o lugar da economia no processo de transformação social como exercício político, como um novo lugar. Além disso, é preciso se discutir a questão de gênero em territórios rurais, marcados muitas vezes por realidades de opressão à mulher, semelhantes e, em muitos casos, até mais incisivas, do que aquelas típicas da sociabilidade urbana. Mesmo dentro de empreendimentos solidários, essa realidade de opressão parece se manifestar, segundo alguns estudos disponíveis.

Neste trabalho, pretende-se discutir os limites e possibilidades da Economia Popular Solidária no processo de emancipação da mulher, a partir de um estudo de caso no Assentamento Rural das Pastorinhas, localizado na região de Brumadinho, Minas Gerais. A escolha por trabalhar no Assentamento Pastorinhas se deu em função de ser um local em que as mulheres possuem uma forte presença, evidenciada pelo próprio nome do assentamento. Mais que isso, existe pouca literatura que enfatiza a presença da mulher nos projetos de desenvolvimento local.

A presente pesquisa se constitui em um estudo de caso, e usa como recursos instrumentos qualitativos de coleta e análise dos dados. Para se compreender em profundidade a condição das mulheres no Assentamento Pastorinhas, unidade de recorte do caso, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas em profundidade com diferentes participantes desse empreendimento, tanto aquelas e aqueles em posições de “liderança comunitária”, quanto os pertencentes às famílias assentadas. Além disso, foram realizadas visitas de campo, tanto no assentamento quanto nos locais onde são comercializados os produtos do Pastorinhas, sendo possível observar e interagir com os indivíduos em seu cotidiano, verificando a articulação social, a organização produtiva e o relacionamento com realidades e atores externos à localidade do Pastorinhas.

Entende-se que a EPS, por meio do cooperativismo/associativismo, poderia atuar positivamente nos processos de emancipação da mulher, possibilitando a (re)significação do trabalho e do lugar ocupado pela mulher na sociedade, abrindo espaço para a construção de percepções, relações e práticas emancipatórias.

## 2 JUSTIFICATIVA E PROBLEMATIZAÇÃO

A atividade produtiva capitalista, aliada às crenças modernas de superioridade do conhecimento científico, na lógica da produtividade e do lucro, na separação homem-natureza e no individualismo, tem ocasionado a produção sistemática de desigualdades de recursos e de poder, a exploração desenfreada da natureza, a degradação ambiental, a marginalização de milhares de indivíduos, a predominância de formas de sociabilidade empobrecidas baseadas no benefício pessoal e ao desprezo por outras culturas e saberes. Igualmente, no sistema capitalista, as relações de gênero são sustentadas pela divisão sexual do trabalho, sendo o trabalho masculino mais valorizado que o feminino. Os homens são responsáveis pelo “sustento da família”, trabalhando na produção e exercendo funções de elevado valor social agregado (políticas, religiosas e militares), enquanto as mulheres seriam excluídas da esfera pública, cabendo a elas as atribuições da reprodução e de um trabalho caracterizado como de “ajuda à família” (BEAUVOIR, 1968 *apud* BERNADI e ANGELIN, 2007).

No sistema capitalista, as relações de trabalho são hierarquizadas, havendo uma divisão social e sexual do trabalho ocasionada pelas construções sociais e econômicas. O trabalho das mulheres é menos valorizado que o dos homens, ou seja, as relações de gênero se sustentam por essa rígida divisão do trabalho. Além disso, o setor de serviços, no mundo contemporâneo, é uma das áreas que mais absorve a força de trabalho feminina, sendo possível afirmar que as atribuições mais precárias estão reservadas para as mulheres no mundo do trabalho, reafirmando a perspectiva de que o trabalho feminino tem menos valor que o masculino.

Em contraste a esse individualismo competitivo, surge, na década de 80, a chamada Nova Sociologia Econômica (NSE), que procura construir um “outro olhar” sobre a economia, ou seja, uma concepção em que o econômico não se apresente separado da sociedade. A NSE faz críticas à concepção de economia pelos neoclássicos, entendendo o mercado como uma forma institucional, organizacional e como construção social, ou seja, problematizando a economia como mais uma das dimensões nas quais se organiza a sociedade e sociabilidade contemporâneas e não uma esfera autônoma e marcada por regras próprias e independentes do tecido social de organização da vida humana. Diante disso, entende-se a importância de realizar pesquisas dentro da perspectiva da NSE, pois esta corrente possibilitaria a construção das atividades econômicas, sociais e políticas de forma horizontalizada e que, segundo Dallari (1991), passaria pela organização coletiva e respeitaria os princípios da cooperação, configurando-se não somente como um novo espaço de geração

de renda, mas como um novo modelo de sociedade, na qual a participação dos indivíduos se torna elemento fundamental.

Ao se pensar em uma economia socialmente responsável, a Economia Social (ES), neste contexto, surge como uma das correntes da NSE. A Economia Social não é uma construção teórica recente, seus preceitos surgiram no século XIX, por meio de organizações que não pertenciam ao mundo capitalista e à esfera pública. As cooperativas, as mutualidades e as associações tornavam o vínculo social voluntário em recurso econômico, ou seja, era levado à prática de ajuda mútua e auto-organização.

Pode-se dizer que a ES se define por estar entre o Estado e o mercado, isto é, busca efetivar ações que o Estado não consegue resolver e que a economia privada não resolve por não enxergar lucro em suas ações. Para Nunes *et al* (2001), a ES recobre duas realidades que se interligam: uma forma alternativa de estar na economia (nem pública, nem privada capitalista) e o trabalho social ou assistencial sobre as camadas da população em processo de exclusão.

Em alguns países, como a França, não pode se falar em Economia Social sem se falar em Economia Popular Solidária, pois, apesar de serem distintas, são herdeiras de uma tradição histórica comum, relacionada ao movimento associativista operário da primeira metade do século XIX na Europa, pautado na resistência popular, fazendo surgir experiências solidárias influenciadas pelas idéias de ajuda mútua (o mutualismo), cooperação e associação.

De acordo com Laville (2008), a ES e a EPS são duas concepções distintas da ação, cuja complementaridade ainda está por ser construída, a fim de se chegar a uma Economia social e solidária que se apresenta como uma na sua diversidade.

A EPS surge como uma nova forma de organização econômica, que se baseia no trabalho coletivo, na igualdade entre seus participantes, na divisão do poder de decisão e pela fidelidade na representatividade do grupo, sendo a igualdade e a democracia elementos chaves neste movimento econômico. A EPS se orientaria por princípios opostos ao capitalismo: em vez de concorrência, cooperação; em vez de exclusão social, integração; em vez de exploração da força de trabalho, trabalho livre, cooperativo e em benefício de todos. O conceito de EPS traduziria um espaço sócio-educacional em construção, uma nova forma de sociabilidade caracterizada por vínculo de sentido moral e de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns. As iniciativas de caráter associativo poderiam ser facilitadores de processos de inclusão e emancipação social de grupos historicamente sujeitos à exploração econômica, assim como uma possibilidade de superar as diferenças de gênero, pois se assentariam na horizontalidade, autonomia, cooperação, auto-gestão e ajuda mútua.

Entende-se que a EPS, por meio do cooperativismo/associativismo, poderia atuar positivamente nos processos de emancipação da mulher, pois possibilitaria não apenas a inclusão produtiva de grupos marginalizados e excluídos, mas, acima de tudo, permitiria a (re)significação do trabalho e do lugar ocupado por esta mulher na sociedade, abrindo espaço para a construção de percepções, relações e práticas emancipatórias.

Segundo Nobre (2003), sob a ótica das relações de gênero e emancipação feminina, a EPS poderia contribuir de várias formas, dentre elas para aliviar o cotidiano das mulheres, pois estas partilhariam o peso de suas “obrigações”, o que levaria a uma melhor articulação entre a vida familiar e profissional para que, no contexto de trabalho solidário, as mulheres possam contar com espaços de discussão que privilegiem a expressão de reivindicações e pressionem efetivamente as autoridades públicas a construírem políticas públicas de gênero, ajudando, assim, no desenvolvimento da capacidade de a mulher ser protagonista de mudanças sociais e institucionais mais favoráveis a ela, bem como para viabilizar o acesso ao crédito e proporcionar a sua emancipação financeira.

O movimento feminista se expandiu na década de 70 para o Brasil, defendendo, além da emancipação, a libertação da mulher, ou seja, a afirmação da mulher como indivíduo autônomo, independente e dotado de plena potencialidade para conquistar direitos econômicos, políticos e sociais. A emancipação da mulher implicaria em mudanças profundas nas estruturas sociais, resultando na inclusão e modificação de costumes, leis, formas de relação, direitos e deveres.

No processo de avanço da emancipação feminina, a feminização do mundo trabalho seria positiva, uma vez que busca minimizar as formas de dominação patriarcal no espaço doméstico. Em contrapartida, também seria marcada por forte negatividade, pois vem agravando significativamente a precarização da mulher trabalhadora. Isto é: por um lado, o ingresso da mulher no mundo do trabalho é um avanço no seu processo emancipatório, ainda que limitado e parcial; por outro, este avanço encontra-se hoje fortemente comprometido, na medida em que o capital vem incorporando cada vez mais o trabalho feminino, especialmente nos estratos assalariados industriais e de serviços, de modo crescentemente precarizado, informalizado, sob o regime do trabalho *part-time* e/ou temporário, etc., preservando o fosso existente, dentro da classe trabalhadora, entre o contingente masculino e feminino. Assim, o processo de feminização do trabalho teria um evidente sentido contraditório, marcado pela positividade do ingresso da mulher no mundo do trabalho e pela negatividade da precarização, intensificação e ampliação das formas e modalidades de exploração do trabalho (NOGUEIRA, 2004).

Pode-se dizer que a dinâmica capitalista típica se opõe ao processo de emancipação da mulher, porque necessita, para a preservação do seu sistema de dominação, do trabalho feminino, tanto no espaço produtivo como no reprodutivo, preservando, em ambos os casos, os mecanismos estruturais que geram a subordinação da mulher (NOGUEIRA, 2004).

Em relação à vida política e social das mulheres, para Touraine (2007) houve, após a “revolução feminista” da década de 70, uma mudança de posição e de estatuto das mulheres na sociedade, estando os homens em numa posição relativamente enfraquecida, diante da qual manifestam certa ansiedade. Isso não sugere que as mulheres estão em vias de alcançar responsabilidades com as quais no passado não podiam arcar, mas significa que as mulheres estão em vias de instaurar um modelo de sociedade em que elas passam de um papel de consumidoras para um papel de produtoras de uma organização social, de representações culturais e de ideologias.

As novas abordagens que vêm sendo desenvolvidas a partir das indagações feministas têm dado visibilidade à presença das mulheres como agentes integrados aos processos sociais. Historicamente, a construção da identidade de homens e mulheres se tem configurado a partir da dicotomia entre as esferas pública e privada. Alguns dados levantados nas investigações sobre a experiência concreta da mulher em sociedade evidenciam que as atividades femininas têm se desenvolvido também em espaços políticos ou públicos, até então preenchidos pelos homens, indo contra as concepções típicas dos estudos sobre gênero nos anos 50 e 60, que reforçavam a idéia de que a mulher basicamente construía sua sociabilidade no domínio familiar e privado (BRITO, 2001).

A escolha por trabalhar no Assentamento Pastorinhas se deu em função de ser um assentamento em que as mulheres possuem uma significativa presença. Todas as tarefas são divididas entre os assentados e o trabalho, que é coletivo, é realizado sob a liderança das mulheres. O nome Assentamento “Pastorinhas” é uma homenagem às mulheres que dedicaram anos de suas vidas no movimento de luta pela terra. Além disso, é um assentamento que existe há oito anos e é marcado por uma grande diversidade cultural, visto que se constitui a partir de uma comunidade de 20 famílias, vindas de 12 municípios e de quatro estados brasileiros diferentes.

Em função da forte atuação da mulher no assentamento e da realização do trabalho na perspectiva da EPS, pretende-se analisar, neste trabalho, o processo de emancipação da mulher no Assentamento Pastorinhas, relacionando-o às dinâmicas de caráter associativo que existam neste assentamento. Estas dinâmicas terão suas diferentes abordagens e

desdobramentos discutidos. Além disso, deseja-se construir propostas que contribuam para o avanço do processo de emancipação da mulher no assentamento, buscando analisar as dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais desse processo de emancipação.

A pesquisa a ser realizada no assentamento tem um importante sentido na trajetória da pesquisadora, que há cinco anos trabalha na perspectiva da Economia Popular Solidária com grupos socialmente excluídos. A opção por trabalhar no âmbito dessas experiências, na medida em que ela se configura como um movimento que propõe a problematização e a revisão de práticas sociais consolidadas pela sociedade capitalista, oferece, ao mesmo tempo, um espaço para a descoberta e a construção de novos arranjos sócio-produtivos, tanto de maneiras re-significadas de produzir e comercializar, quanto de viver e se organizar em sociedade, sobretudo e inclusive com relação à condição da mulher.

O interesse pelo Assentamento Pastorinhas se iniciou quando a pesquisadora, em 2008, realizou uma pesquisa neste assentamento sob o enfoque da cidadania e dos movimentos sociais. Percebeu-se, durante as entrevistas realizadas, que a mulher possui um papel fundamental no assentamento. Além disso, os entrevistados mostraram ter uma relação de pertencimento ao local, ou seja, a terra passa a ser vista como um novo espaço de vida, encontrando-se associada à organização interna no assentamento, às relações estabelecidas com o Estado e a sociedade e, principalmente, às atividades de geração de renda. Diante disso, vislumbrou-se a possibilidade de se trabalhar a questão do gênero associada à perspectiva da Economia Popular Solidária no processo de emancipação da mulher no assentamento, pois, segundo alguns assentados, a forma pela qual as atividades de plantio, produção e comercialização são realizadas, assim como o processo de distribuição da renda, relaciona-se aos princípios da Economia Solidária. Portanto, buscar-se-á responder à seguinte questão-problema: quais as possibilidades e limitações da Economia Popular Solidária no processo de emancipação da mulher no Assentamento Pastorinhas?

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo geral**

Analisar as possibilidades da Economia Popular Solidária no processo de emancipação da mulher no Assentamento Pastorinhas, de forma a contribuir para a construção de propostas que permitam o avanço dessa dinâmica em experiências associativas.

#### **3.2 Objetivos específicos**

- Discutir as diferentes abordagens da Economia Popular Solidária e seus desdobramentos sobre a condição da mulher em assentamentos rurais;
- Problematizar diferentes abordagens que discutem as relações de gênero na sociabilidade e suas concepções sobre a emancipação feminina;
- Analisar o processo de emancipação da mulher no Assentamento Pastorinhas, relacionando-o com as dinâmicas de caráter associativo;
- Construir propostas que contribuam para o avanço do processo de emancipação da mulher no Assentamento Pastorinhas.

## 4 MARCO TEÓRICO

### 4.1 Um novo olhar sobre a economia: Nova Sociologia Econômica e Economia Social

Na perspectiva neoclássica da economia, o conceito de mercado está conectado ao princípio de que cada agente atua apenas baseado no auto-interesse, ou seja, há uma idéia de que a economia consiste num conjunto atomizado de sujeitos movidos por interesses próprios e egoístas, interagindo ocasionalmente com base num mecanismo automático e tendente ao equilíbrio (ABRAMOVAY, 2004).

Granovetter (2007) defende que a maior parte do comportamento humano está profundamente imerso em redes de relações interpessoais e que essa abordagem evita os extremos das visões sub e super socializadas da ação humana. Segundo Archer (2000), o modelo sub-socializado é o que concebe o ser humano operando de modo auto-suficiente nos ambientes sociais, e o modelo super-socializado é o que apreende as características do ser humano como derivadas, exclusivamente, do contexto social. Estes modelos negam que *“a natureza da realidade como um todo faz diferença para as pessoas que nos tornamos, ou mesmo para o processo de nos tornarmos pessoas”* (ARCHER, 2000, p. 55).

Um exemplo disso seria o comportamento econômico, que constituiria um caso típico de comportamento inadequadamente interpretado devido ao fato de que aqueles que o estudam profissionalmente estão fortemente comprometidos com as teorias atomizadas da ação. Com poucas exceções, os sociólogos têm evitado análises aprofundadas de qualquer assunto previamente abordado pela economia neoclássica. Eles têm implicitamente aceito o pressuposto dos economistas de que os “processos de mercado” não são objetos apropriados ao estudo sociológico porque, nas sociedades modernas, as relações sociais desempenham apenas um papel menor e fragmentário, e não um papel central.

Contrariando os pressupostos de alguns economistas, Jacques Sapir (2000) *apud* Abramovay (2004), ao fazer uma revisão da história do pensamento econômico contemporâneo, propõe que se abandone a noção de “economia de mercado” em benefício do termo “economia descentralizada”. Esta economia pode ser caracterizada como sendo formada por mercados mais desenvolvidos, nos quais os indivíduos podem manifestar suas capacidades. Nessa perspectiva de análise, se reconhece que as dinâmicas econômicas ou de mercado combinam o auto-interesse com formas concretas de cooperação, que envolvem algum grau de preocupação com a preservação dos outros, ou seja, é a Nova Sociologia Econômica.

Para Lévesque (2007), a antiga sociologia econômica tratava exclusivamente do que se passava na origem das atividades econômicas (as condições do desenvolvimento) ou nos seus efeitos (as conseqüências sociais), confirmando, assim, a separação entre o econômico e o social. A Nova Sociologia Econômica (NSE) se diferencia igualmente da sociologia marxista ao reverter o determinismo econômico da sociedade em favor de uma determinação social da economia. A NSE se propõe a construir um novo paradigma de análise da economia e das dinâmicas de mercado, principalmente no que diz respeito ao lugar dos atores na mudança social, reconfigurando as relações entre o econômico e o social e seu conteúdo ou natureza.

A NSE, então, surgiria como uma forma de reconhecimento da dimensão social da economia, que é assumida como uma construção social complexa e de difícil análise, suscetível de variar consideravelmente no tempo, segundo os grupos envolvidos e as dinâmicas sociais que marcam os fenômenos econômicos analisados. Esse campo de estudos critica a concepção econômica do pensamento neoclássico e procura retratar os mercados tanto como formas institucionais ou organizacionais balizadas pelas dinâmicas de sociabilidade.

A abordagem da NSE baseia-se, principalmente, na crítica à concepção do indivíduo atomizado. Além disso, estabelece alguns preceitos para a análise da economia, sendo eles: *“toda ação econômica é uma ação social; a ação econômica é socialmente situada; e as instituições econômicas são construções sociais”* (LÉVESQUE, 2007, p.55).

Pode-se dizer que a NSE, por meio de suas diversas correntes, busca demonstrar que a economia é social, pois o mercado se constitui tanto uma forma institucional e organizacional como uma construção social. Segundo Lévesque (2007), a coordenação das atividades econômicas e da circulação de bens diz respeito ao mercado, à hierarquia e a governanças baseadas num nível elevado de engajamento social, como é o caso das associações, das redes, das alianças, das comunidades e coletividades as mais diversas.

A Economia Social (ES), neste contexto, surge como uma das correntes da NSE, fornecendo algumas normas capazes de constituir um ponto de partida para se pensar de maneira concreta uma economia socialmente responsável.

De acordo com Caeiro (2008), a noção de ES é proveniente de autores com marcada influência do pensamento social francês e se relaciona às práticas de solidariedade, entendidas como reação às transformações econômicas e sociais manifestadas dentro da dinâmica capitalista desde o seu nascedouro. Nessa trajetória, destacam-se inicialmente os chamados socialistas utópicos do século XIX e suas primeiras experiências baseadas em organizações

como as associações, as cooperativas e as mutualidades, influenciadas pelas idéias de ajuda mútua.

O termo Economia Social começou a ser utilizado pelos autores que contestavam o modelo dominante de concepção da economia e das dinâmicas de mercado, ou seja, a ES surge como uma forma de se lutar contra a autonomização do econômico frente às relações sociais e à própria sociedade. Para França (2002),

a perspectiva de uma economia solidária desaparece assim num primeiro e longo momento, assistindo-se ao desenvolvimento, no seu lugar, de uma economia social que se torna altamente institucionalizada ao longo do século XX – seu papel praticamente se limita àquele de uma espécie de apêndice do aparelho do Estado. As organizações da chamada economia social hoje, na França, por exemplo, como alguns grandes bancos, hospitais, ditos cooperativas ou organizações mutualistas, representam grandes estruturas tecnoburocráticas que dificilmente se distinguem, na sua dinâmica de funcionamento, de uma empresa privada ou pública (FRANÇA, 2002, p.13).

Segundo Nunes *et al* (2001), pode-se afirmar-se que a ES recobre duas realidades que se interligam, uma forma alternativa de estar na economia, que não é pública, nem privada capitalista, e o trabalho social ou assistencial para as camadas da população em processo de exclusão. Esta designação é proveniente do fato de suas finalidades serem o bem-estar social, o desenvolvimento local e a solidariedade.

Pode-se dizer que a ES possui características específicas para responder a um enquadramento econômico e social ao qual nem a economia pública, nem a privada conseguem responder, ou seja, ela surgiria como meio de concretizar as ações que o Estado e que as organizações privadas não conseguem e, na maioria das vezes, não pretendem resolver. É importante falar sobre a relação da ES com o setor público e privado tradicional da economia, quando se refere ao nível de participação dos trabalhadores. Em relação ao setor público, este possui três funções principais: produção, redistribuição e regulação, sendo que a ES possui uma relação complementar relativa a essas funções. Assim, A ES se apresentaria como um elemento entre o Estado e o mercado, servindo para que o Estado incentive a criação de estruturas empresariais com capacidade de integração dos objetivos de eficiência econômica com os de bem-estar social.

A função de produção ocorre por meio da prestação de serviços de utilidade coletiva aos âmbitos econômico, social e cultural, mostrando a eficácia da iniciativa privada e a rapidez de intervenção que falta ao setor público. No que se refere à função redistribuição, a ES exerce um papel importante, pois é uma nova forma para a realização de uma melhor distribuição do rendimento, tal que pode ser feita por meio da alteração normativa que regula

o setor. Em relação à função de regulação, o papel da ES está presente nas políticas de emprego e na sua intervenção para a resolução do problema do desemprego. Além disso, o Estado teria interesse em apoiar as instituições ligadas à ES, pois elas possuiriam capacidade para mobilizar recursos de forma mais efetiva e adequada ao desenvolvimento social, visto que se valeriam de regras de funcionamento democrático na fundação de suas ações.

De acordo com França (2002), o termo Economia Social serve, inclusive, para designar, de um ponto de vista jurídico, o universo constituído por quatro tipos organizacionais fundamentais: as cooperativas, as organizações mutualistas, as fundações e algumas formas de associação de grande porte. É justamente em relação às características atuais assumidas pela ES que vem se demarcar a noção de Economia Solidária, pela afirmação da dimensão política na sua ação. Isso leva a defini-las como experiências que se apóiam sobre o desenvolvimento de atividades econômicas para a realização de objetivos sociais, concorrendo ainda para a afirmação de ideais de cidadania.

Cumprе salientar que a ES relaciona-se à solidariedade como princípio de democratização da sociedade, que resultaria de ações coletivas e não de uma solidariedade benevolente, ou seja, baseada na filantropia. Para Laville (2008), a fraternidade revolucionária pretendia, de fato, romper com a linguagem da caridade para substituí-la por uma política da solidariedade baseada no pertencimento de todos a um espaço político, que conheceria doravante apenas indivíduos livres e iguais.

Outro aspecto importante da ES é que, na sua perspectiva, a competição e a cooperação quase sempre ocorrem de maneira complementar, mas nos processos nos quais a competição domina, a tendência é uma exclusão dos “perdedores”, enfraquecendo o ambiente. Já nos processos em que a cooperação domina, a tendência é a alternância de liderança ou consolidação de uma liderança sem exclusão que provoque perda sistêmica, mantendo a diversidade e a riqueza de possibilidades de interações que levem a sinergias positivas (MYRDAL, 1965 *apud* ARROYO, 2008).

Diz Singer (2002):

a competição é boa de dois pontos de vista: ela permite [...] escolher o que mais nos satisfaz pelo menor preço; e ela faz com que o melhor vença [...].  
(Mas) o que acontece com os empresários e empregados das empresas que quebram? [...] o capitalismo produz desigualdade crescente, verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores. Enquanto os primeiros acumulam capital, galgam posições e avançam nas carreiras, os últimos acumulam dívidas pelas quais pagam juros cada vez maiores, são demitidos [...] tornam-se inempregáveis [...] (SINGER, 2002, p. 8).

Entende-se que a cooperação econômica se baseia no processo de interação social em que os objetivos seriam comuns, as ações compartilhadas e os benefícios distribuídos de forma igualitária. Diante disso, é possível que haja um resgate da valorização da integralidade humana e dos seus valores nas mais diversas atividades da sociedade.

#### **4.2 Polissemias na construção do campo da Economia Popular Solidária**

A diferença entre os termos Terceiro Setor, Economia Solidária, Economia Social, Economia Popular e até Economia Informal relaciona-se aos variados contextos sociopolíticos que levam à sua enunciação, assim como às interpretações distintas acerca do papel desempenhado por essas iniciativas na sociedade, especialmente no que se refere ao lugar que elas devem ocupar em relação às esferas do Estado e do mercado.

Dito de outro modo, as diferenças entre esses termos estão relacionadas a construção de um discurso próprio (a cada um deles). Tais discursos vinculam-se, evidentemente, aos seus respectivos contextos específicos de realidade. Importa, portanto, entender em que lugar sócio-histórico se constroem essas categorias e qual significado particular acompanha a origem dessas formulações/ conceitos/noções. Essa é, a nosso ver, uma condição indispensável, para o entendimento das diferenças entre esses termos (FRANÇA, 2001, p. 53).

Existem várias imprecisões terminológicas em torno dos termos Economia Popular, Economia Solidária, Economia Social e Economia Popular Solidária. Para França (2002), as diferenças entre estes termos estariam relacionadas à construção de um discurso próprio a cada um deles. Tais discursos vinculam-se, evidentemente, aos seus respectivos contextos específicos de realidade. Importa, assim, entender em que lugar sócio-histórico se constroem essas categorias e qual o significado particular que acompanha a origem desses conceitos.

O termo Terceiro Setor, por exemplo, ao contrário dos termos Economia Social e Economia Solidária, é de origem anglo-saxônica, sendo considerado como um lugar entre o Estado e o mercado. Ou seja, é considerado como *“um setor a parte que viria ajustar-se funcionalmente as duas formas históricas que constituem o Estado e o Mercado”* (FRANÇA, 2001, p. 54). Em relação à Economia Social e à Economia Solidária, apesar de serem distintas, são herdeiras de uma tradição histórica comum, relacionada ao movimento associativista operário da primeira metade do século XIX na Europa, que se pautou na resistência popular, contribuindo com o surgimento de experiências solidárias influenciadas pelas idéias de ajuda mútua, associação e cooperação.

A Economia Solidária pode ser caracterizada como outra forma de regulação da sociedade, ou seja, uma forma de reconhecer outra possibilidade de sustentação das formas de vida de indivíduos em sociedade, não centrada nas esferas do Estado e do mercado. De acordo com França (2002), trata-se de um dos traços característicos do fenômeno chamado de hibridação de economias, isto é, a possibilidade de combinação de economias mercantis, não-mercantis e não-monetárias. Isso porque nestas iniciativas de economia solidária, em geral, existem, ao mesmo tempo, venda de um produto ou prestação de um serviço (recurso mercantil), subsídios públicos oriundos do reconhecimento da utilidade social da ação organizacional (recurso não-mercantil) e trabalho voluntário (recurso não-monetário).

França (2002) afirma ainda que a idéia de Economia Solidária reflete a própria ação de grupos locais na sua tentativa de auto-geração de riqueza, ou seja, de tentativa de resolução dos problemas sociais que enfrentam. Na prática, o termo Economia Solidária identifica, hoje, uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade que buscam responder a certos desafios sociais de determinadas localidades. Sendo assim, a expressão Economia Solidária viria, num primeiro momento, indicar a associação de duas noções historicamente dissociadas, isto é, iniciativa e solidariedade.

Já o conceito de Economia Popular, muitas vezes, é confundido com o conceito de Economia Solidária, mas existiria distinção entre estes conceitos. Para Núñez (1996) *apud* Barcellos (2000), a Economia Popular origina-se, por um lado, da ruptura com as relações capitalistas de produção no interior das empresas capitalistas, como projeto autogestionário dos trabalhadores, mas por outro lado cultiva a si mesma conformando-se no interior de uma economia mercantil simples, associando-se entre eles para escalar e competir na economia em seu conjunto, ou seja, a Economia Popular fundamentar-se-ia numa economia de produtores-trabalhadores, que atuam entre a lógica do capital e a lógica de suas necessidades, que se organizariam com o intuito de se defenderem da competição capitalista e, para isto, desenvolveriam formas comunitárias, cooperativas, associativas e autogestionárias. Seria a economia do povo, daqueles que foram excluídos do mercado de trabalho. Um dos grandes diferenciais é que, nesta economia, em primeiro plano estaria a geração de emprego, que permitiria aos indivíduos saciar suas necessidades. A geração de excedente com intuito de realizar acumulação de capital ficaria para um plano posterior (NÚÑEZ, 1996 *apud* BARCELLOS, 2000).

É importante enfatizar que a Economia Popular é distinta da Economia Solidária, mesmo que estas se interajam, pois existem ações da economia popular que não são

solidárias. Do mesmo modo, a Economia Solidária poderia ser representada por ações não-populares.

A Economia Popular Solidária abrangeria uma parte da economia popular, posto que são comuns entre elas princípios valorativos e os mais diversos arranjos destinados a assegurar a sobrevivência. Gaiger (2000) diz que a Economia Popular, sendo ditada pela lógica da necessidade de gerar renda para o consumo, dificilmente cogita obter alguma margem de acumulação para além das necessidades imediatas do consumo e da vida humana. Já os empreendimentos solidários buscariam fazer da cooperação uma alavanca que sustentasse o seu desempenho e os qualificasse com agentes, a título pleno, da economia contemporânea. Preocupam-se com a eficiência e com a realização de benefícios que garantam a sua viabilidade financeira. Almejam ultrapassar o nível de subsistência e manejar estratégias de crescimento.

A EPS surge a partir de iniciativas de base comunitária em geral construídas por organizações vinculadas aos setores populares. Trata-se de atividades produtivas que tanto se inserem no Mercado quanto constituem redes de comercialização próprias (o Mercado Solidário). O campo da EPS, baseado na pequena empresa comunitária, na agricultura familiar, no trabalho doméstico, autônomo, nas cooperativas e empresas autogestionárias, aos poucos supera o desafio do Mercado e viabiliza (e se viabiliza) sua competitividade no mesmo, constituindo-se como uma alternativa desde o interior das relações mercantis. Trata-se de um outro circuito econômico diferenciado do mercantil-capitalista e do estatal no qual os pobres constroem suas próprias alternativas comunitárias de provisão material da sua existência através de relações de solidariedade (LISBOA, 1998, p.11).

Muitas vezes, a Economia Popular é confundida com a Economia Informal, caracterizada como uma forma de resolver as necessidades imediatas e, na maioria das vezes, passageiras, ou seja, enquanto o indivíduo não encontra um lugar no mercado de trabalho. Já a Economia Popular Solidária poderia ser caracterizada como uma nova visão social que, segundo Gaiger (2000),

(...) compreende as alternativas econômicas para as quais ocorrem indivíduos que vivem ordinariamente da venda da sua força-de-trabalho e nas quais encontram acolhidas as categorias sociais postas à margem dos sistemas convencionais de geração e distribuição da riqueza, assentes no mercado e no Estado. Essas práticas expressam uma reapropriação da experiência operária do trabalho, reconvertida por princípios de socialização e autogestão; majoritariamente, estão ancoradas na economia familiar dos setores populares, da qual são um prolongamento e onde encontram primariamente seu substrato e sua funcionalidade. Em contraposição à economia do capital, em que o fruto do trabalho e o produtor direto estão apartados, a economia popular solidária estaria a caminho de constituir-se numa economia do trabalho (GAIGER, 2000, p.04).

Ao se falar das diversas formas de Economia Social, é importante abranger também a chamada Economia da Comunhão, que seria caracterizada como um projeto empresarial e econômico possuidor de características particulares que a diferenciam de outras formas de economia solidária. A Economia da Comunhão nasceu de um movimento cristão, chamado movimento dos focolares, vinculado à Igreja Católica. Este movimento teve início com a italiana Chiara Lubich, que pensava em uma ação social capaz de levar à fraternidade universal, utilizando a prática da espiritualidade da unidade entre os povos, no intuito de acabar com as guerras e a indigência no mundo (LIMA, 1999).

Para Bruni (2005), a Economia de Comunhão busca uma nova relação entre mercado e sociedade ao desafiar as ideologias dominantes na era da globalização. Seriam empresas privadas, inseridas no mercado, que salvaguardam a propriedade particular dos bens, colocando o lucro em comunhão: uma visão humanista cristã do mundo dos negócios.

A Economia da Comunhão seria formada por empresas privadas, inseridas no mercado, sendo que o diferencial dessas empresas seria a maneira pela qual as pessoas tratam umas às outras, ou seja, está na qualidade dos seus relacionamentos interpessoais e inter organizacionais. Já para Leitão e Spinelli (2007), na Economia da Comunhão a qualidade dos relacionamentos, inspirada na visão transcendente da espiritualidade da unidade, como no conceito cristão de amor-comportamento, também teria implicações diretas na visão ética dos negócios nesse projeto empresarial e econômico.

A Economia da Comunhão critica as condições postas pelo capitalismo em sua forma atual, buscando substituir o consumismo e utilitarismo por uma visão comunitária que organiza a produção e a distribuição do lucro. De acordo com Leitão e Spinelli (2007), estudos já produzidos permitem perceber, independentemente de seu objetivo, que baixo nível de conflito, visão comunitária da empresa e maior sentido de pertencimento social são características muito presentes no conjunto das empresas do projeto que representam sua vanguarda.

É importante discutir o fundamento ou pressuposto que está, em maior ou menor grau, por detrás das diferentes denominações e correntes discutidas, como a da Economia Social, Economia Solidária, Economia Popular, Economia Popular Solidária e Economia da Comunhão. Muitas vezes, há uma idealização da solidariedade ou cooperação desenvolvida por alguns autores e abordagens da Economia Popular Solidária. No entanto, para Myrdal (1995) *apud* Arroyo (2008), não há antagonismo entre competição e cooperação. A composição cooperação-competição seria inseparável, mas os resultados dos fenômenos sociais, políticos e econômicos, sob a perspectiva da cooperação seriam bem diferentes

daqueles que operam a partir da competição. Nos processos nos quais a combinação cooperação/competição é conduzida pela competição, a tendência seria de exclusão dos “derrotados”, enfraquecendo o ambiente social de forma sistemática, ou seja, todos perderiam no final das contas. Já nos processos nos quais essa combinação é conduzida pela cooperação, a tendência seria a alternância de liderança ou consolidação de uma liderança sem exclusão, mantendo a diversidade e a riqueza de possibilidades de interações que levem a sinergias positivas. Assim, estaria em jogo não desenvolver dinâmicas eminentemente cooperativas, excluindo-se a competição, mas sim a construção de dinâmicas sociais, políticas e econômicas nas quais a cooperação seria mais marcante do que a competição, ainda que as duas perdurem em qualquer forma de vida humana associada.

Durkheim (2007) *apud* Arroyo (2008) defende que qualquer agrupamento humano só se constitui em sociedade se for estabelecido algum laço de solidariedade entre os indivíduos para que se originem o pacto de convivência e a ordem social, que deverão ser respeitados por todos. Segundo (ARROYO, 2008), não há antagonismo entre competição e cooperação. Ao contrário, estas duas estratégias quase sempre ocorrem de maneira complementar.

Cada um dos segmentos (Economia Popular, Economia Solidária ou Economia Popular Solidária) pode representar uma alternativa ao indivíduo excluído do mundo formal do trabalho, mas, de acordo com Razeto (1993), a escolha de cada indivíduo estaria associada a um tipo de estratégia. O sujeito poderia optar pela inserção no campo da Economia Popular, pautada nas "estratégias de sobrevivência". Sendo esta atividade encarada de forma transitória em sua vida, a pessoa não tem intenção de realizá-la para sempre, apenas irá suprir suas necessidades mais básicas. O sujeito poderia também optar pela inserção na dinâmica da Economia Popular Solidária, pautada nas "estratégias de subsistência", podendo atender às suas necessidades básicas de forma melhor do que no caso anterior, mas esta ainda não proporciona condições de acumulação para que eleve seu padrão de vida. Ou ainda o sujeito pode fazer a escolha pela Economia Solidária, levando em consideração sua "estratégia de vida". Aí se incluem seus ideais e vida, realizando a escolha não como algo passageiro (como as estratégias anteriores), mas como algo permanente, que não só suprirá as necessidades, como também proporcionará condições de crescimento econômico e pessoal.

### **4.3 Desafios, possibilidades e armadilhas da Economia Popular Solidária**

O crescimento da Economia Popular Solidária esbarra em dificuldades, cujas origens podem estar, além de outros fatores, nas comunidades não organizadas, na gestão dos empreendimentos e em dificuldades técnicas encontradas no processo produtivo. Isso significa que faltam à Economia Popular Solidária processos efetivos da autogestão no cotidiano, o que levaria a maioria desses empreendimentos a sobreviverem em situações difíceis, com dificuldades de gestão, comercialização, acesso a recursos financeiros e a conhecimentos tecnológicos.

Apesar de existirem diferentes políticas e ações de estímulo à criação de empreendimentos solidários, tais como aqueles relacionados ao microcrédito, à incubação de empreendimentos cooperativos/associativos e à formação de quadros para a gestão de cooperativas, dentre outros, este tipo de apoio, apesar de relevante, não ajudaria os associados a desenvolverem endogenamente instrumentos de gestão cotidiana (técnicas administrativas e econômicas), comprometendo a sustentabilidade dessas iniciativas. Neste cenário, os empreendimentos solidários precisariam lidar com estratégias mais competitivas para sobreviverem no mercado. Esta realidade parece impor às iniciativas no campo da Economia Popular Solidária importantes dilemas e desafios, tanto de ordem econômica, quanto com relação à própria identidade e dinâmica constitutiva que se enuncia como fundamentalmente cooperativa e solidária.

Outra causa da dificuldade de sustentabilidade desses empreendimentos estaria ligada a “pouca solidariedade” entre eles. Ainda não se desenvolveu uma rede de relações entre empresas de autogestão, cooperativas e associações que busque dinamizar a produção pela união de interesses e de complementaridades técnicas e de conhecimentos de gestão, compra de matérias-primas e insumos, venda de produtos e aproveitamento de resíduos ou compartilhamento de redes de comercialização (RUTKOWSKI e LIANZA, 2002).

Diante disso, percebe-se a necessidade de desenvolver tecnologias e um conjunto de ferramentas de gestão e de produção que permita romper os limites técnicos dos empreendimentos solidários (lançamento de novos produtos, exploração de novas oportunidades do mercado, aumento da escala de produção, melhoria da qualidade, etc).

Segundo Rutkowski e Lianza (2002), as universidades podem contribuir, e muito, se dispuserem a discutir as dificuldades de sobrevivência dos empreendimentos solidários, questionando sobre as causas e buscando soluções de gestão e produção que lhes permitam dar respostas efetivas aos problemas que esses empreendimentos se propõem a resolver.

Para Wellen (2008), os produtos comercializados na Economia Popular Solidária teriam como um diferencial o fato de agregarem um valor próprio, originários de sua forma de produção, cujos mecanismos se distanciariam do sistema capitalista, que exalta apenas o lucro em detrimento dos indivíduos envolvidos na produção. Mas, em última análise, a que público serviriam esses produtos? Certamente aos beneficiários da força do capital, àqueles que não se incomodam em pagar um pouco mais pela solidariedade ocorrida quando da produção desses produtos, o que serve também para aliviar o peso da culpa por viver do lado mais beneficiado de uma sociedade desigual. Em outras palavras, o efeito da Economia Solidária na sociedade seria, ao revés de benéfico, apenas uma maneira de enaltecer e justificar a forma de produção capitalista, favorecendo apenas para a sua manutenção e perpetuação de suas desigualdades. Na visão de Gaiger (2006),

embora o tema Economia Popular Solidária desperte crescente interesse, são ainda infreqüentes os estudos empíricos sistemáticos sobre as práticas de autogestão e cooperação introduzidas e vivenciadas por essas experiências. A falta de uma análise interna dos empreendimentos, do seu momento de gênese à sua evolução ulterior, dificulta a identificação dos fatores materiais, sociais e culturais que impulsionam os indivíduos a aderirem e, sobretudo, a permanecerem nessa empreitada. Com isso, as análises limitam-se a constatar aquelas circunstâncias que, à revelia e a contragosto desses trabalhadores, os compeliram a buscar alternativas de ocupação e renda, como se a existência dessas pressões fosse suficiente para conduzi-los, passivamente, numa determinada direção, para quase todos nova e incerta (GAIGER, 2006, p. 514 )

Gaiger (2006) ainda enfatiza que neste tipo de economia o trabalho tem um papel central, por ser fator preponderante a favor do empreendimento. Ou seja, as formas de produção deveriam sofrer mudanças significativas a ponto de se identificar um novo modelo de relações com o trabalho, cujo valor principal deixa de ser o monetário, passando a focar no indivíduo, no espírito corporativo e na comunidade. E reforça:

a sorte da economia solidária depende igualmente de um novo sistema de regulação, capaz de ordenar dinamicamente as regras do jogo econômico, de modo a generalizar suas práticas ao conjunto da sociedade e viabilizar uma transposição de escala das iniciativas que proliferam em pequena dimensão (GAIGER, 2006,p. 207).

Lechat (2002) afirma que a Economia Social não parece estar em condições de trazer um remédio para o crescimento das desigualdades, mas define experiências de sociedades igualitárias e, sob este ângulo, aparece como o horizonte possível ou provável da Economia

Solidária ser uma forma de permitir aos “beneficiários” da solidariedade assumirem sua economia de maneira voluntária e não dependente.

Gaiger (1998) coloca que a Economia Popular Solidária, há alguns anos, era vista basicamente como respostas emergenciais, tópicas, com um efeito paliativo diante de situações de pobreza e miséria. Colocada na larga vala do reformismo, ela poderia, na melhor das hipóteses, valer como uma ação temporária, no aguardo de melhores condições para o ingresso das populações marginalizadas na economia formal e para sua organização a partir - mesmo se não exclusivamente - das relações de produção. Atualmente esta situação mudou, pois, apesar de todos os desafios, vê-se na EPS a base para uma reconstrução do tecido social em que vivem as classes populares, cuja tendência à decomposição, sem essa ação contra-ofensiva, alcançaria níveis intoleráveis. Embora reativas em seu início, as experiências e os programas que as sustentam poderiam evoluir para uma ação propositiva, com reflexos concretos no campo vicejante das políticas públicas e nos embates que hoje definem os rumos da sociedade. Desta forma, elas constituiriam não uma frente pré-política, mas uma ação de fronteira, geradora de embriões de novas formas de produção e estimuladora de alternativas de vida econômica e social.

O caráter dessas iniciativas solidárias também se alterou em outros países. No Chile, nos anos 70 e 80, essas iniciativas solidárias evoluíram para a condição de agentes econômicos dinâmicos, geradores de emprego e renda, ao mesmo tempo em que propulsionam uma rede diversa de organizações, com funções de troca, intercâmbio e apoio (NYSSSENS, 1996 *apud* GAIGER, 1996). Muitas adotam formatos coletivos e apresentam taxas razoáveis de crescimento, conciliando e reforçando mutuamente a cooperação no trabalho e a acumulação econômica. Já na Argentina, país dos mais afetados pela nova realidade econômica e deparando-se hoje com um quadro de reforma acelerada do Estado, fatores como a alta concentração do capital, a queda do poder aquisitivo e desemprego crescente, a aposta em pequenos empreendimentos associativos, mediante a requalificação técnica dos produtores, têm gerado bons resultados (GAIGER, 1996).

Os empreendimentos solidários estariam ganhando novo valor na medida em que vêm adotando o princípio de fortalecimento da capacidade produtiva da classe mais pobre. Percebe-se que certas experiências não estão ficando apenas no patamar da subsistência e estariam tornando-se empreendimentos econômicos solidários (GAIGER, 1996). Apesar dessa nova configuração, esses empreendimentos ainda seriam vulneráveis, o que dificulta a permanência das pessoas nessa forma de organização do trabalho e da vida em sociedade. Ao se trabalhar com empreendimentos de caráter solidário, deve-se buscar romper com o padrão

paternalista e clientelista que predomina na assistência às populações pobres, fomentando o desenvolvimento de uma atitude cidadã por parte das pessoas envolvidas nessas experiências, valorizando o livre arbítrio, a consciência dos direitos civis e o envolvimento ativo na sociedade.

Nesse quadro de desafios dos empreendimentos solidários, uma questão que emerge e que nem sempre é discutida com a devida profundidade que exige é a condição da mulher, visto que, em muitas experiências de associativismo, a luta para sobrevivência econômica acaba por deixar em segundo plano outras dimensões de emancipação, sobretudo aquelas ligadas à condição feminina nesses empreendimentos com relação à organização social, política e até mesmo cultural dessas coletividades. Para se avançar nessa discussão, é preciso analisar as diferentes abordagens que se apresentam sobre o fenômeno da condição de gênero na sociabilidade contemporânea.

#### **4.4 Relações de gênero na sociabilidade contemporânea e os desafios da emancipação feminina na EPS**

Apesar de sua diversidade, a maior parte das teorias feministas tem alguns pressupostos comuns, notadamente o reconhecimento da dominação masculina nos arranjos sociais e o desejo de mudanças nesta forma de dominação (FLAX, 1987; FERGUSON, 1989 *apud* CALÁS e SMIRCICH, 1998). A partir desta concepção teórica, será realizada uma revisão das seguintes teorias feministas: liberal, radical, psicanalítica, socialista, pós-estruturalistas/ pós-modernas, e suas contribuições para as mulheres que são lideranças em assentamentos rurais.

A Teoria Feminista Liberal se desenvolveu a partir da teoria política liberal (séc. XVIII e XIX) e concebe as pessoas como indivíduos autônomos, dotados de racionalidades. De acordo com esta teoria, as mulheres teriam sido prejudicadas por estereótipos sexuais inadequados, ou seja, as mulheres deveriam ser julgadas com base nos seus méritos. Além disso, deveria haver considerável similaridade entre homens e mulheres em virtude das condições estruturais que aprisionam ambos os sexos, e que a solução seria acabar com os efeitos do gênero, isto é, deveria haver equidade sexual (CALÁS e SMIRCICH, 1998). Os primeiros liberais eram reformistas e não revolucionários. Para eles, as mulheres necessitariam do mesmo acesso às oportunidades em todas as esferas da vida (as mulheres eram tão humanas quanto os homens), mas sem transformação radical do sistema social e político.

Já o Feminismo Radical surgiu da insatisfação da mulher com o sexismo dos movimentos considerados libertários e trata como problema central a subordinação das mulheres. Para Jaggar (1983) *apud* Calás e Smircich (1998), gênero seria um sistema de dominação masculina, um princípio fundamental que organiza a sociedade patriarcal, e que estaria na origem de todos os outros sistemas de opressão. Novas tecnologias poderiam libertar a mulher de seu papel reprodutivo histórico, possibilitando uma sociedade que seria não tão dependente da divisão sexual do trabalho, isto é, a androginia poderia ser um recurso, extinguindo com a separação masculino/feminino. Um ser biologicamente sexuado seria culturalmente andrógino, tanto masculino quanto feminino. O Feminismo Radical seria centrado na mulher, ou seja, visaria a uma nova ordem social em que a mulher não fosse subordinada ao homem. Portanto, cruzaria sexualidade com as relações de poder, propondo arranjos sociais, políticos, econômicos, e culturais alternativos, freqüentemente separatistas, que desafiariam os valores da cultura dominada pelo masculino (KOEDT *et al*, 1973 *apud* CALÁS e SMIRCICH, 1998).

A Teoria Feminista Psicanalítica se baseou nas conseqüências de desenvolvimento psicossocial feminino diferenciado em seus papéis na organização e na gerência. As primeiras aplicações deram enfoque ao caráter feminino para explicar o status econômico subordinado das mulheres (BLUM; SMITH, 1988 *apud* CALÁS e SMIRCICH, 1998). Segundo Henning; Jardim (1977) *apud* Calás e Smircich (1998), muitas mulheres seriam socializadas de modo a serem passivas e a se verem como vítimas e não como agentes. Elas seriam ambivalentes quanto à carreira e não seriam diretivas como o homem e acredita-se que mulheres executivas de sucesso tiveram um tipo de relacionamento atípico com seus pais. Muitas teorizações feministas psicanalíticas basearam-se na teoria psicanalítica freudiana. De acordo com esta teoria, as meninas teriam maior dificuldade em superar o Complexo de Édipo e desenvolverem uma sexualidade adulta normal, o que está explicitado nos trabalhos sobre diferentes neuroses e limites do desenvolvimento psicossocial da mulher, incluindo referências a seu senso ético inferior.

Já a Teoria Feminista Socialista seria uma corrente de confluência entre dos feminismos Radical, Psicanalítico e Marxista (crítica ao capitalismo e ao liberalismo político, pois, ao contrário da teoria político liberal, que enxergaria os seres humanos como racionais e autônomos, o determinante do marxismo seria o materialismo, em que a organização da vida econômica condiciona a vida social). Seria um resultado da insatisfação das feministas marxistas com a cegueira da questão do gênero e sua tendência a considerar a opressão feminina como não sendo tão importante quanto à opressão dos trabalhadores (TONG, 1989

*apud* CALÁS e SMIRCICH, 1998). Porém, as feministas socialistas também criticam o feminismo radical e o psicanalítico por suas tendências generalizantes que assumem as condições patriarcais como normativas, dando pouca importância às circunstâncias históricas ou culturais. As teorias feministas socialistas buscariam incorporar cada uma destas correntes e, ao mesmo tempo, superar seus limites (CALÁS e SMIRCICH, 1998). Essa visão teoriza o gênero dinamicamente, uma vez que, para Scott, 1986 *apud* Calás e Smircich, 1998, gênero seria um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma essencial de significação de relacionamentos de poder.

As Teorias Feministas Pós-Estruturalistas/Pós-Modernas enfatizariam a complexidade das relações sociais, requerendo mais que “gênero” como uma categoria para a crítica efetiva, permitindo interseções mais complexas de gênero e outras categorias sociais. Diferente das teorias Liberais e Marxista, que possibilitariam um bom campo para o feminismo, as abordagens pós-estruturalistas questionariam o “conhecimento positivo” em uma tentativa de periodizar as tradições filosóficas e científicas do Iluminismo moderno, como a existência de uma razão transcendental e a possibilidade de conhecimento objetivo (CALÁS e SMIRCICH, 1998).

Diante disso, será descrito a seguir como diferentes teorias feministas se conectam com a realidade dos assentamentos rurais, sendo a base desta discussão uma tabela adaptada a partir de Calás e Smircich (1998). O reconhecimento da idéia assimilada socialmente da superioridade masculina nos arranjos sociais e o desejo de mudanças nestas formas de dominação são aspectos em comum entre as correntes feministas que serão abordadas.

**Quadro 1-** As diferentes teorias feministas

<b>ABORDAGEM</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>	<b>LIMITAÇÕES</b>
<b>Feminismo Liberal/Mulheres na liderança do movimento social</b>	- Teoria baseada nas mulheres brancas, de classe média, não abrangendo a situação de outras mulheres de raças, culturas ou classes diferentes. Não coerente com a realidade dos assentamentos rurais.	- Não tem uma liberdade positiva, não pensa na desigualdade social, ou seja, possui uma perspectiva mais individualista que não é apropriada à realidade dos assentamentos rurais.
	- O pensamento liberal aceita a divisão hierárquica do trabalho e a desigualdade como dados. O objetivo maior é que “as mulheres cheguem ao topo”.	- Evidencia as desigualdades, particularmente desigualdades econômicas, usando um símbolo que carrega forte credibilidade social e acadêmica. Forma a base para outras perspectivas.
	-Concentra-se nas mulheres que têm a habilidade de manter sua igualdade e serem responsáveis pelas suas próprias ações e escolhas.	- Orientação individualista. Percebe o status das mulheres como uma questão de realização individual; não reconhece as relações de poder no sistema econômico capitalista e o social. Essa orientação individualista vai contra os princípios que se pretende trabalhar na EPS, baseados no trabalho coletivo e solidariedade.
	- Pressupõe a existência de sexo e do gênero como variáveis discretas e dicotômicas com características universais.	

<b>Feminismo Radical</b>	- Busca a libertação da mulher de seu papel reprodutivo histórico, possibilitando uma sociedade que seja não tão dependente da divisão sexual do trabalho.	- A visão de política pode representar somente interesses de mulheres brancas e de classe média, não se adequando ao perfil das mulheres que fazem parte de assentamentos rurais.
	- É centrado na mulher, ou seja, visa a uma nova ordem social em que a mulher não seja subordinada ao homem.	- Organizações alternativas não superam as contradições inerentes às formas radicais que adotam práticas (mais ou menos) capitalistas.
	- Cruza a sexualidade com as relações de poder, propondo arranjos sociais, políticos, econômicos, e culturais alternativos, freqüentemente separatistas, que desafiam os valores da cultura dominada pelo masculino.	- Essencializa “gênero” e “mulher”, celebrando o “feminino” frente ao “masculino”. Retifica essas características salientando os estereótipos, obscurecendo muitas diferenças importantes, por exemplo, de cultura e história.
	- Enfatiza a importância do desenvolvimento psicosssexual na formação de estruturas sociais patriarcais, incluindo estruturas de pesquisa.	- Foco no desenvolvimento psicosssexual, reduz a dinâmica do poder à psicodinâmica; desvia o foco da atenção das condições materiais de reprodução da desigualdade dos gêneros.

<b>Feminismo Psicanalítico</b>	- Promove modificações em relações de gênero e em práticas educativas, como um passo rumo à redução da desigualdade social de gênero.	- As relações familiares que identifica podem aplicar-se somente a algumas famílias privilegiadas em termos de gênero, raça e classe, não se adequando a realidade dos assentamentos rurais.
	- Utiliza do “caráter feminino” para explicar o status econômico subordinado das mulheres. Segundo esta teoria, muitas mulheres são socializadas de modo a serem passivas, a se verem como vítimas e não como agentes; elas são ambivalentes em relação à carreira e não são diretivas como os homens, contradizendo, portanto, o que acontece no Assentamento Pastorinhas, em que as mulheres são lideranças e possuem um papel primordial.	- As mulheres são vistas como sujeitos passivos, inclusive na esfera econômica, em relação aos homens, em consequência das suas características psicossociais.
	- Mostra as possibilidades e as visões de mundo alternativas fora do patriarcado.	- Estratégia separatista e utópica, já que a realidade social não respalda as condições para a constituição de “espaços da mulher”.
	- Pressupõe a existência de sexo e do gênero como variáveis discretas e dicotômicas com características universais.	

<b>Feminismo Socialista</b>	- Incorpora pontos básicos do Feminismo Marxista (baseado na crítica marxista da sociedade capitalista), radical e psicanalítico e atenua algumas de suas limitações, sendo uma abordagem coerente com o processo de emancipação da mulher por meio da EPS.	- Debates internos sobre a natureza e a origem da opressão de gênero e social (sistema dual versus unificado) têm frequentemente feito teóricos aparentarem um excesso de foco em suas diferenças ideológicas e debates acadêmicos, em detrimento da aplicação prática de suas teorias, ou seja, a importância de diferentes <i>insights</i> analíticos em desvendar causas da opressão.
	- Foca em relações de gênero e sistema de sexo-gênero (e não sexo ou de gênero) como relações de poder processuais e dinâmicas que produzem e reproduzem desigualdades sociais de gênero.	- Soluções propostas para as desigualdades sociais parecem ingênuas e utópicas, a menos que sejam acompanhadas por maiores mudanças revolucionárias sociais.
	- Aborda a dicotomia público/privado como uma falsa dicotomia historicamente produzida pela interação do patriarcado e do capitalismo.	
	- Fortes preocupações teóricas e epistemológicas são articuladas por meio de conceitos analíticos tais como pontos de vista, localizados em relações de poder. Análises extrapolam o âmbito das relações de gênero para tratar outras formações sociais que emergem da interseção de, por exemplo, gênero, raça e classe, sendo este um aspecto importante ao se trabalhar com mulheres que fazem parte de assentamentos rurais.	

<b>Feminismo Pós Estruturalista/ Pós Moderno</b>	- Foca na natureza discursiva da “realidade social” e da “subjetividade” e na sua natureza não essencial. Enfatiza a linguagem como um sistema de diferenças que permite questionar os limites impostos ao “conhecimento” por certos discursos privilegiados.	- Em alguns casos, está sujeita às mesmas críticas de elitismo e de inacessibilidade de abordagem pós-estruturalista, ou seja, torna-se também inviável para a realidade dos assentamentos rurais.
	- Permite a articulação da “política do conhecimento” como uma forma de relações de poder que tenta naturalizar um sistema de exclusão para certas posições de sujeito (por exemplo, de gênero).	- A tradicional dicotomia da política de conhecimento ocidental/restante deve ser colocada fora do contexto do feminismo ocidental, deixando “o outro” sem voz invisível.
	- Oferece uma visão mais pluralista de engajamentos políticos, em que “gênero” se torna apenas um argumento entre outros. Oferece visões mais complexas da localização social e as estruturas de pressão.	- Seus argumentos “além do gênero” precisam ser cuidadosamente posicionados nas críticas ao neocolonialismo e à exploração global, ou levarão à cooptação e à trivialização das questões de gênero.
		- Há preocupações sobre a aceitação da existência de “outros conhecimentos” fora dos limites do “conhecimento ocidental(izado)”.

Fonte: Calás e Smircich (1998).

Apesar de as diferentes correntes apresentarem explicações interessantes sobre a condição feminina, a Feminista Socialista parece se adequar melhor à compreensão da Economia Popular Solidária e aos próprios propósitos deste estudo. A EPS pode contribuir no enfrentamento às desigualdades de gênero, pois reconhece as relações de confiança e de reciprocidade como parte fundamental do processo da organização do trabalho. Ao propor ressignificar o trabalho a partir da satisfação das necessidades pessoais e não pelo seu valor de troca, a EPS também contribuiria, dentre outros fatores, para o rompimento da divisão sexual do trabalho. Esta divisão sexual do trabalho é um dos elementos centrais na problematização da condição da mulher pelas abordagens no campo do Feminismo Socialista, que operam a partir da idéia de relações de gênero e sistema de sexo-gênero (e não sexo ou de gênero), ou seja, baseiam-se na perspectiva da libertação da mulher por meio de sua independência econômica. Segundo essa perspectiva teórica, a luta por uma sociedade sem classes incidiria na ruptura com as desigualdades de sexo, gênero e raça.

Ao atrelar a EPS e o Feminismo Socialista é importante estar ciente dos riscos decorrentes, sendo importante considerar não apenas debates teóricos, mas analisar a dinâmica efetiva de emancipação dentro de projetos autogestionários, identificando e avaliando seus avanços e seus dilemas com relação às diferentes dimensões da vida social feminina nos assentamentos.

O movimento para a libertação, nos últimos trinta anos, trouxe ganhos sociais, políticos e econômicos para as mulheres. Apesar desse progresso, a segregação sexual nos empregos e organizações permanece mundialmente, assim como a desigualdade entre os sexos. Ao se fazer uma comparação entre o crescimento da participação masculina e feminina no mundo do trabalho, no período posterior a década de 70, constata-se que a inserção feminina nesse universo foi bastante significativa, apesar de paradoxal. Ao mesmo tempo em que o trabalho ajuda no processo de emancipação da mulher, ele explora a mulher trabalhadora, pois a presença feminina no mundo do trabalho ocorre mais no espaço dos empregos precários, subempregos, empregos temporários, em que esta exploração é mais exarcebada.

A feminização do mundo trabalho pode ser considerada positiva, uma vez que permitiria avançar no difícil processo de emancipação feminina e, desse modo, minimizar as formas de dominação patriarcal no espaço doméstico. Por outro lado, é também marcada por forte negatividade, pois vem sendo atrelada ao agravamento significativo da precarização da mulher trabalhadora (NOGUEIRA, 2004). Pode-se dizer que, ao mesmo tempo em que a inserção da mulher no mundo do trabalho no sistema capitalista contemporâneo traz

elementos que favorecem o avanço do processo de emancipação feminina, ocasiona, também, uma precarização da força de trabalho, trazendo prejuízos maiores para a mulher trabalhadora.

Para Sen (2000), apesar dessa negatividade da feminização do mundo do trabalho, quando a mulher trabalha fora de casa, há uma maior contribuição dela para a prosperidade da família, pois ela passa a ter mais voz ativa e depende menos de outras pessoas. As taxas de fecundidade também sofrem alteração com esse trabalho, mostrando um declínio, pois são as mulheres que sofrem o maior desgaste com as gestações frequentes e com a criação dos filhos. Além disso, há provas consideráveis de que a educação e a alfabetização das mulheres tende a reduzir as taxas de mortalidade das crianças, pois sua condição de agente é respeitada e fortalecida, influenciando as decisões familiares nessa direção. A educação ajuda a difundir os conhecimentos sobre planejamento familiar, sendo que as mulheres instruídas passam a gozar de mais liberdade para exercerem sua condição de agentes nas decisões familiares, inclusive nas questões relacionadas à fecundidade e à gestação de filhos.

De acordo Gonçalves (1989) *apud* Paulilo (2000), a incorporação da mulher ao mercado de trabalho não é condição suficiente para que seu processo de emancipação e maior consciência de suas condições de vida se desenvolvam. Para a autora, no campo, por exemplo, quando somente o marido tem emprego fora da propriedade, a mulher é pouco consultada com relação às decisões importantes relativas à família. Quando é apenas a mulher que trabalha fora, ela também é pouco consultada. Esta situação muda apenas quando os dois trabalham fora.

*“O trabalho feminino é mais uma consequência da disponibilidade de trabalho e do momento do ciclo familiar que a busca de uma carreira profissional ou independência financeira por parte das esposas”* (LITTLE, 1994 *apud* PAULILO, 2000, p. 2). Dessa forma, ao entrar em choque com as atividades domésticas, o trabalho fica em segundo plano.

Segundo Paulilo (1976) *apud* Paulilo (2000), na pesquisa realizada em um assentamento rural em um município do estado de São Paulo, em 1975, parte das entrevistadas consideravam a sua participação nos campos como uma sobrecarga e não como uma forma retirada da vida doméstica e de independência. Este sentimento deve-se, muitas vezes, ao fato de esse trabalho não ser remunerado e ser realizado em conjunto com outros membros da família, o que quer dizer que as mulheres, mais uma vez, assumem dupla jornada de trabalho. Já ao marido, para Castro e Capellin (1997), são atribuídos vários papéis. Estes papéis vão desde o poder de gerenciar a terra ocupada pela família, a contabilização de possíveis fontes de renda da família e representação do núcleo familiar junto às instituições, até a divisão sexual do trabalho nas práticas produtivas. Ou seja, cabe ao marido ou chefe da

família colocar em prática um modelo de relações familiares, não importa se pautado em mecanismos de inclusão ou exclusão de colaboração e de autonomia. Isso dependerá da capacidade organizativa do marido, fazendo com que os membros da família assumam uma postura de colaboradores ou dependentes.

Segundo Segnini (1998), o inegável crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho altera pouco as condições socioeconômicas por elas vivenciadas. A desigualdade entre homens e mulheres se expressa de diferentes formas, como a posição ocupada pelas mulheres no mercado de trabalho (17,2% trabalhadoras domésticas, 13,1% não remuneradas, 9,3% para autoconsumo, perfazendo um percentual de 40% de postos de trabalho precários, enquanto para homens o índice é de 10,7%). Em relação às mulheres empregadas (41,9%), é possível observar que vários indicadores apontam para a sua precária condição de trabalho, pois ocupam postos de trabalho que demandam menor qualificação reconhecida efetivamente pela remuneração. Poder-se-ia dizer, então, que o crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho e sua precária condição inscrevem-se no contexto do processo de reestruturação do capitalismo, revelando novas formas de racionalização do trabalho.

Além da exploração do trabalho feminino, os salários recebidos pelas mulheres em funções iguais às realizadas pelos homens são inferiores. Afinal, os homens são considerados os provedores da família, sendo o trabalho realizado pelas mulheres encarado como complementar às suas “obrigações familiares”. As diferentes condições em que vivem homens e mulheres não são ocasionadas pela diferença biológica existente entre ambos, mas sim pelas construções sociais e econômicas, as quais geraram uma relação social de sexo (BERNADI e ANGELIN, 2007).

No campo esta relação não é diferente, pois as mulheres trabalhadoras que formam parte do processo de luta pela terra, em condição de acampadas, assentadas ou militantes de movimentos sociais rurais, também enfrentam com opressões diferenciadas às dos seus companheiros. Mas, para Brumer (1988), na divisão de trabalho que se estabelece entre os sexos, ao homem cabe a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como lavrar, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores e fazer cerca, assim como o uso de maquinário agrícola mais sofisticado. Já a mulher executa tanto as atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve. Entre as tarefas executadas pelas mulheres estão praticamente todas as atividades domésticas, como o trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos e animais

domésticos), a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim.

Assim, a opressão de gênero dificultaria e impossibilitaria a plena participação dessas mulheres na vida pública e política dos acampamentos e assentamentos rurais. Poder-se-ia dizer que a mulher é tão explorada quanto seus companheiros de luta, no entanto, de forma desigual, pois tem que vender sua força de trabalho em condições inferiores às dos homens. A infravalorização da sua participação nas atividades produtivas implica remuneração inferior para as mesmas atividades (GARCIA e JÚNIOR, 2002).

Ao mesmo tempo em que há essa opressão de gênero em relação às mulheres trabalhadoras do campo, a participação em movimentos sociais poderia incentivar essas mulheres a romperem com a severa divisão de papéis, ou seja, com seu lugar já pré-determinado na família, no trabalho e no campo político. Para Sales (2007) os movimentos sociais, vistos como um espaço inovador das relações de poder, possibilitariam a criação e a recriação de novas formas de reivindicar e de estabelecer relações com o poder institucional. Contudo, esses movimentos não se isentam de posições tradicionais de desigualdades de gênero, sendo a participação política um aprendizado coletivo que se redefine no interior dos próprios movimentos.

Ainda de acordo com Sales (2007), a partir do envolvimento das mulheres em movimentos sociais, como o movimento de luta pela terra, elas se sentiriam fortalecidas e começariam a produzir seus processos de reação à submissão, reconhecendo que podem formar um grupo de produção e gerar renda. Quando experimentam uma atividade produtiva, as mulheres não são as mesmas, se sentem menos aprisionadas, tornando-se mais abertas às multiplicidades do mundo.

O sentido da terra para o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) não se restringe ao imediato e ao valor das relações de trocas econômicas. O lema "resistir, ocupar e produzir" do movimento assume que a luta pela terra é também uma luta de questionamento de sistemas, de múltiplas injustiças (BOGO, 2000 *apud* GARCIA e JÚNIOR, 2002). A partir da inserção da mulher nos movimentos sociais de caráter popular, ela deixaria de atuar nos limites do privado, provocando novas relações no interior da família. Além disso, ela passaria a articular, no interior do movimento, lutas diferenciadas em relação aos seus companheiros homens, podendo, também, questionar sua própria condição de mulher (PINTO, 1992 *apud* GARCIA e JÚNIOR, 2002).

O envolvimento das mulheres na luta pela terra contribuiria, segundo Garcia e Júnior (2002), para a formação de comportamentos mais participativos entre as mulheres assentadas,

o que permitiria diferenciar aquelas que passaram pela experiência do acampamento daquelas que não. Além disso, possibilitaria às mulheres se emanciparem, ou seja, romperem com as barreiras sociais, econômicas e políticas que as impossibilitam de conquistar espaços até então ocupados pelos homens.

#### **4.5 Emancipação: um objeto de desejo?**

Entende-se por emancipação *“o processo ideológico e histórico de libertação de comunidades políticas ou de grupos sociais, da dependência, tutela e dominação nas esferas sociais, econômicas e políticas”* (CATTANI, 2003, p.130).

Para Gustin (2000), emancipação é a capacidade de constante reavaliação das estruturas, sejam elas sociais, políticas, culturais e econômicas, assim como do seu entorno, com o propósito de ampliação das condições jurídico-democráticas de sua comunidade e de aprofundamento da organização e do associativismo. Isso tudo com o objetivo de efetivação das lutas políticas pelas mudanças fundamentais na vida da sociedade para sua inclusão efetiva no contexto social mais abrangente.

No caso das mulheres, emancipar-se significaria romper com as barreiras sociais, econômicas e políticas impostas que as impossibilitam de conquistarem espaços até então ocupados pelos homens. A partir desse rompimento, as mulheres passariam a compartilhar espaços de liderança com os homens, seja na vida pública ou privada. Já uma comunidade emancipada tornar-se-ia capaz de dialogar, influenciar, deliberar e intervir nas decisões do poder público e/ou da própria localidade, sendo protagonista na solução de seus próprios problemas a partir de relações de organização e de solidariedade (GUSTIN, 2000).

Falar de emancipação seria também falar da capacidade de uma comunidade de construir, de forma autônoma, suas diversas formas de associação e representação de interesse. De acordo com Navarro (2002), tal noção distancia-se da idéia de uma grande *“transformação social”*, marcada pela profunda ruptura com a ordem existente, ou seja, emancipação não seria sinônimo de ruptura anti-sistêmica.

Para Cattani (2003), a emancipação social é constituída pela apropriação coletiva, descentralização e participação consciente no processo produtivo, implicando no associativismo livre, fundamentado na igualdade dos indivíduos, isto é, a emancipação social se manifestaria nas múltiplas lutas contra as normas arbitrárias, promotoras de desigualdade e discriminação. Segundo Santos (2000) *apud* Demo (2003) torna-se primordial a reinvenção da emancipação social, isto é, sugere-se uma política social muito além da mera assistência. O

autor recupera dois horizontes esquecidos nas “vertigens” do socialismo real e do Estado de bem-estar social: auto-sustentação (produzir para viver) e autogestão (democratizar a democracia).

Sabe-se que os movimentos libertários enfrentam algumas dificuldades, como apatia social, repressão, esgotamento da ação militante e isolamento. Para Cattani (2003), além destas dificuldades, na pauta da emancipação social, cada vez mais se incluem novas exigências, dentre elas destacam-se as questões de gênero e a discriminação de minorias étnicas, sexuais, culturais, entre outras.

As relações de solidariedade e confiabilidade construídas entre grupos sociais manifestar-se-iam em ganhos concretos sobre a resolução de seus problemas, pois possibilitariam maior acesso a direitos e conseqüente melhoria da qualidade de vida. A comunidade passaria a atuar como sujeito compreensivo e ativo em seu meio social, ao invés de mero beneficiário de políticas assistenciais. Vale *et al* (2006) ressalta que o capital social se manifesta por meio das redes sociais que tornam possíveis a cooperação e a ação coletiva para benefício mútuo, no interior das organizações, grupos e comunidades. Entende-se que a existência de capital social plenamente constituído caracteriza uma comunidade emancipada na qual os indivíduos seriam capazes de compreender criticamente o contexto no qual estão inseridos e de superar suas necessidades.

Em relação às mulheres no contexto da emancipação social, a (re) construção do papel da mulher na sociedade ainda representa um grande desafio àqueles que se dedicam aos estudos de gênero. Apesar de tudo o que já se pensou e produziu de teoria e ações feministas, de Simone de Beauvoir e a queima de *soutiens* aos últimos números dos Cadernos Pagu, a opressão da mulher e desigualdade entre os sexos continuam vivos e bem alimentados na sociedade. Nesse sentido, a participação das mulheres em movimentos sociais poderia ser uma alternativa de superação dessas distorções sociais entre os gêneros.

#### **4.6 Relações de gênero nas dinâmicas associativas solidárias**

Para Salvaro (2003) “(...) *as relações sociais nos assentamentos são perpassadas por contradições e limitações que lançam questionamentos acerca do modo coletivista e igualitário de sua concepção*” (SALVARO, 2003, p. 323). Ou seja, mesmo que haja a proposta de coletivização da terra e dos meios de produção em assentamentos rurais, a mulher, muitas vezes, continuaria tendo dupla jornada de trabalho, agregando às tarefas extra-

domésticas as tarefas domésticas, mostrando que a divisão sexual do trabalho na família em assentamentos rurais não sofreu modificações significativas.

São aspectos em comum entre assentados as dificuldades relacionadas ao modo de vida e à luta pela terra. No entanto, estas dificuldades propiciariam a criação de uma identidade coletiva, assim como de laços de solidariedade entre eles. As mulheres, neste contexto, teriam um papel de “sujeitos de resistência” e “companheiras de luta” dos homens. Mas, mesmo assumindo este papel, a divisão sexual do trabalho seria clara nos assentamentos. As mulheres, devido à rotina do trabalho doméstico, ficariam impossibilitadas de participarem das atividades externas ao assentamento.

Dizem Garcia e Júnior (2002):

O assentamento rural é um passo à frente no processo de luta, à consumação do acesso a posse da terra. Neles, as implicações de gênero se tornam evidentes na divisão sexual do trabalho no interior das unidades familiares de produção. Todavia, a configuração espacial dos assentamentos divididos em lotes significa, para muitas assentadas, o seu isolamento social. Confinadas à produção e reprodução dos meios de subsistência na esfera privada, os espaços de sociabilidade são muito reduzidos (GARCIA e JÚNIOR, 2002, p. 6).

O trabalho produtivo da mulher no assentamento não seria reconhecido como componente integrante da produção e sim como uma ajuda ao trabalhador principal, que é o homem. Além disso, o trabalho reprodutivo não seria considerado trabalho e o trabalho doméstico seria considerado responsabilidade da mulher (GARCIA e JÚNIOR, 2002). Assim, o fato desses tipos de trabalhos serem considerados improdutivos do ponto de vista econômico desconsidera o tempo e energia que as mulheres assentadas dedicam ao cuidado às tarefas domésticas, sendo estas tarefas desvalorizadas pela sociedade.

Uma forma de valorizar o trabalho feminino fora do espaço doméstico poderia se dar a partir do trabalho realizado na perspectiva dos empreendimentos solidários, pois este representaria um passo à frente na emancipação feminina ao resgatar a dimensão da liberdade, ressignificando o trabalho e, conseqüentemente, a vida. As mulheres se sentiriam motivadas e adquiriam espaço para participarem do processo sócio-político da comunidade, por meio dessas experiências coletivas. A noção de emancipação neste contexto está vinculada à dimensão econômica, social e, principalmente, política da emancipação, ou seja, existe a possibilidade de grupos sociais excluídos construírem com autonomia suas diversas formas de representação de interesses. É a possibilidade de representação política desses grupos, por meio de uma transformação social, marcada pela ruptura com a ordem existente.

Portanto, entende-se que experiências coletivas possibilitariam reconhecimento e visibilidade às mulheres, visto que o trabalho é realizado de forma coletiva e democrática, gerando renda por meio de empreendimentos como cooperativas e associações. Um dos princípios da Economia Popular Solidária é a igualdade de direitos dos cooperados, independente do sexo, raça ou classe social. Assim, esta economia possibilitaria o rompimento com a divisão social do trabalho, buscando uma distribuição de renda mais justa entre homens e mulheres.

A expressividade das mulheres líderes no campo da EPS, assim como a sua representatividade em setores tidos como masculinos (des) constrói a idéia assimilada socialmente da superioridade masculina nas atividades laborais geradoras de renda. A atuação das mulheres na EPS a partir das atividades geradoras de renda abriria a elas um campo para que se tornassem proprietárias dos meios de produção, com as mesmas chances que os homens mediante a propriedade coletiva (CULTI, 2004). Várias pesquisas demonstram que, em muitos empreendimentos solidários, o número de mulheres é, muitas vezes, superior ao número de homens. Um exemplo disso são os dados da pesquisa realizada na Associação dos Artesãos de Maringá, no Paraná (SOUZA, 2003). Esta pesquisa demonstrou que, dos 120 artesãos que compõem a associação, 73 são artesãs, representando 61% dos membros.

No âmbito da EPS, o trabalho coletivo seria uma forma alternativa para homens e mulheres excluídos do mercado formal de trabalho se unirem na busca pelo trabalho e renda. Ao mesmo tempo, é importante romper com a idéia de que as atividades na EPS estão muito próximas do trabalho comunitário, tido como território das mulheres. As atividades de trabalho seriam coletivas e solidárias, mas não assistencialistas, ao contrário, trata-se de atividades produtivas geradoras de renda, como cooperativas e outros empreendimentos coletivos autogeridos industriais e comerciais, com forte presença das mulheres, entretanto, não só de mulheres (CULTI, 2004).

A partir do momento em que as mulheres iniciassem as atividades em uma cooperativa/associação, haveria uma mudança de atitude, pois, durante o processo de formação do empreendimento, alguns princípios como participação, autogestão e autonomia seriam discutidos. Estes princípios abordariam as relações humanas e organizacionais no trabalho, mas também poderiam ser aplicados à realidade existente no âmbito doméstico, visto que o conceito de participação e autonomia não se restringe apenas ao âmbito do trabalho. As mulheres, ao participarem das reuniões, passariam a adotar uma postura crítica, colocando suas opiniões. A autonomia e a participação sugerem a adoção de uma nova

postura frente ao mundo, dando credibilidade aos potenciais pessoais, à coletividade e à importância da participação no trabalho coletivo.

Para Sen (2000), a condição de agente das mulheres seria um dos principais mediadores da mudança econômica e social, sendo que sua determinação e suas consequências relacionam-se a muitas características centrais do processo de desenvolvimento. Qual seja: na economia política do desenvolvimento é de extrema importância o reconhecimento da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres.

Diante disso, entende-se que a Economia Popular Solidária poderia ser um dos caminhos para o processo de emancipação da mulher, pois se constituiria em uma possibilidade alternativa de sustentação das pessoas na sociedade não focada nas esferas do Estado e do mercado, o que permitiria maior autonomia e igualdade de gênero. Touraine (2007) defende que as mulheres sempre reivindicaram os direitos políticos simultaneamente ao reconhecimento de uma identidade que, de forma alguma, estaria em contradição com o direito do “homem e do cidadão”, denominado hoje de direitos humanos fundamentais. Diante disso, entende-se que a EPS poderia tornar-se, também, uma possibilidade da representação política feita por mulheres, possibilitando reconhecimento e visibilidade a elas, desconstruindo a idéia assimilada socialmente da superioridade masculina (vide a figura abaixo, com dimensões que extrapolam a realidade econômica e envolvem a realidade pública, política, social e privada – família) da vida das mulheres.

**Figura1-** Emancipação da mulher

**Fonte:** Elaboração própria.

Diante deste quadro referencial, no qual se enumeram relevantes dimensões da vida das mulheres na sociabilidade contemporânea, tem-se uma perspectiva articulada para análise do processo de emancipação feminina no Assentamento Pastorinhas, a saber: organização do trabalho, caracterizado pela presença das mulheres na divisão do trabalho e na distribuição da renda gerada; presença feminina na direção e organização dos grupos produtivos; organização comunitária, caracterizada pela presença das mulheres nas dinâmicas de organização e liderança do assentamento; atividades referentes à vida familiar/privada da mulher no assentamento; representação do assentamento junto aos atores externos, buscando verificar a quem pertence o papel de articulador (a) com o poder público e com o comércio; relação da comunidade com o MST; e relação das mulheres e dos homens com o mercado.

## 5 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo constituiu-se de uma pesquisa qualitativa que, segundo Terence e Filho (2006), não se restringe à adoção de uma teoria, de um paradigma ou método, mas permite adotar uma multiplicidade de procedimentos, técnicas e pressupostos. É uma pesquisa que busca compreender o comportamento humano, recorrendo à observação empírica por considerar que é em função de instâncias concretas do comportamento que se pode refletir com maior clareza e profundidade sobre a condição humana.

Realizou-se um estudo de caso do Assentamento Pastorinhas, utilizando-se entrevistas semi-estruturadas em profundidade com diferentes participantes deste empreendimento, tanto aqueles em posições de “liderança comunitária” quanto os pertencentes a famílias assentadas. Além disso, foram realizadas visitas de campo, tanto no assentamento quanto em alguns dos locais onde são comercializados produtos gerados na região do Assentamento, sendo possível observar e interagir com os indivíduos em seu cotidiano de convivência, articulação social, organização produtiva e relacionamento com realidades e atores externos à localidade do Pastorinhas. Os dados foram analisados de forma a significar e problematizar discursos e práticas de mulheres e homens que vivem no assentamento e avançar na compreensão das intrincadas relações de gênero que se estabelecem nessa realidade.

O estudo de caso, apesar de ser um método qualitativo de pesquisa, permite a utilização de várias técnicas de coleta de dados, podendo ser elas quantitativas ou qualitativas, procurando conhecer o objeto em sua totalidade. Martins (2006) e Yin (2001) caracterizam o estudo de caso como um tipo de pesquisa científica na qual o pesquisador está interessado em aproveitar o conhecimento de determinada situação – um caso- para levantar o problema e desenvolver a pesquisa. Ou seja, deve ser uma estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, nos quais não se podem manipular os comportamentos relevantes, e as formas das questões de pesquisa são “como” e “por quê”, podendo ser sobreposto a forma “o quê” quando se trata de um estudo exploratório que tem como objetivo o desenvolvimento de hipóteses e proposições adicionais à pesquisa.

Buscando entender uma situação em sua totalidade, o método do estudo de caso, com frequência, se vale de diferentes técnicas de coleta de dados, como entrevistas, aplicação de questionários, análise documental e mesmo pesquisas do tipo etnográfico e observação participante. No entanto, é importante fazer a distinção entre estudo de caso e as técnicas específicas de pesquisa que por acaso o acompanhem. A ausência desta distinção aparece

como principal fonte dos equívocos em torno do estudo de caso (GOODE e HATT, 1972 *apud* TEODÓSIO, 2000).

Para Maior (1984), o estudo de caso é sugerido como uma saída eficaz aos pesquisadores que se sentem numa espécie de esterilidade científica, amarrados aos estudos de agregados, os quais visam à determinação de características grupais, tendências e valores médios dentro dos limites de representações ou modelos que já têm muito a oferecer em termos de inovações. Os estudos de casos não garantem novas representações e soluções para problemas persistentes ou intratáveis, mas dão maior margem para que o pesquisador se aprofunde nos seus estudos, não por meio de agregações, mas sim por meio de integração dos dados, os quais são obtidos comumente pelo emprego simultâneo de uma variedade de técnicas, partindo-se de níveis de conhecimento muito baixos.

Entende-se que as entrevistas semi-estruturadas possibilitam flexibilidade na exploração das questões, ou seja, o entrevistador não fica preso a roteiros, podendo aprofundar em questões que considere importantes. No caso do Pastorinhas, as entrevistas semi-estruturadas permitiram a compreensão da pesquisadora sobre a realidade do assentamento sob perspectivas distintas. Entretanto, para que os resultados fossem favoráveis, houve a realização de um pré-teste, de modo que, dentre outros aspectos, o roteiro fosse ajustado à linguagem utilizada.

O assentamento rural Pastorinhas possui uma comunidade formada por 20 famílias, totalizado cerca de 80 pessoas. Foram realizadas onze entrevistas com assentados de diferentes famílias, sendo sete mulheres e quatro homens. A partir destas entrevistas em profundidade, objetivou-se compreender o verdadeiro papel das mulheres no assentamento, além de entender como os homens e as próprias mulheres enxergavam esse papel. Não se focou apenas nas relações de gênero no assentamento, buscou-se entender como se dá o processo de emancipação das mulheres e da comunidade do assentamento a partir de diferentes questões ligadas à vida na coletividade do assentamento. Além disso, trabalhou-se com temáticas-chaves, tais como o processo de geração de renda do assentamento, o trabalho coletivo, os processos de governança, competição e cooperação entre os assentados (isto é, as relações de poder no assentamento), as relações de pertencimento à terra, a presença de lideranças e a participação das pessoas do assentamento, principalmente das mulheres, dentre outras temáticas relevantes.

Foram necessárias várias visitas ao assentamento e aos locais de comercialização da produção do assentamento com a finalidade de buscar maior aproximação com os assentados, observando e interagindo com o cotidiano deles, de forma a se compreender os processos de

articulação social, organização produtiva e relacionamento com realidades e atores externos à localidade do Pastorinhas. Utilizou-se um roteiro temático (Anexo 1) que guiou as entrevistas semi-estruturadas. Com o consentimento dos entrevistados, foram feitas gravações. O fato de 63% das entrevistas, aproximadamente, terem sido realizadas junto às mulheres deve-se à dificuldade dos homens de serem entrevistados. A maioria deles, quando abordados, afirmavam que tinham compromisso naquele momento, solicitando que a entrevistadora procurasse as mulheres.

Realizou-se uma análise das entrevistas realizadas, sendo possível uma aproximação com o mundo do assentamento. Observaram-se pontos obscuros, repetições, contradições, situações de risos, engasgos, mudanças de assunto, mudanças de tom de voz, silêncios e pausas, ou seja, momentos importantes nestas entrevistas que mereceram maior atenção ao serem analisados. A partir da leitura de todas as entrevistas, organizaram-se as informações de acordo com alguns elementos, tais como: perfil dos entrevistados, trajetória de vida, vida familiar e privada, representação das mulheres junto aos atores externos, relação com parceiros, relação com o MST, organização comunitária, organização do trabalho, presença feminina na direção e organização dos grupos produtivos, relação com o mercado. Uma limitação percebida em relação à pesquisa proposta, é que, por não ser uma pesquisa generalizável, nem sempre se encaixa em situações diversas ou serve de parâmetro para contextos semelhantes. Embora o Pastorinhas seja um assentamento rural com aspectos em comum a outros assentamentos, existem aspectos muito peculiares nesse território e coletividade, seja em relação à atuação da mulher, seja em relação às práticas da EPS.

Quando se discute as relações de gênero, é muito comum se encontrar certa idealização, que remete à mulher uma centralidade, habilidades e capacidades que, apesar de sua discriminação e exclusão social, paradoxalmente acabam por mitificar a existência feminina. Além disso, interações entre investigadores e sujeitos investigados no contexto das relações de gênero são, muitas vezes, marcadas por preconceitos difíceis de serem externalizados, sobretudo quando se considera que a pesquisadora na presente dissertação é uma mulher. As práticas solidárias também, em muitos casos, são idealizadas como espaço total e exclusivo de relações cooperativas, participativas e solidárias. Por fim, a subjetividade na realização de qualquer pesquisa científica no campo das ciências sociais sempre se faz presente. Mas, apesar de toda essa complexidade que marca as pesquisas sobre gênero em realidades da Economia Popular Solidária, foram tomados todos os cuidados metodológicos para mitigar possíveis enviesamentos.

Diante disso, a pesquisadora precisou ser cuidadosa para que projeto proposto não padecesse desses problemas, principalmente em função do seu envolvimento profissional com as causas associativistas populares. Todos esses cuidados se fizeram presentes nas diferentes etapas de construção da pesquisa, impedindo que problemas mais decisivos se manifestassem na análise dos processos de emancipação feminina no Assentamento Pastorinhas.

## 6 ANÁLISE DOS DADOS

Inicialmente, no assentamento rural Pastorinhas, eram 120 famílias, sendo a maioria dos estados do Rio de Janeiro, Ceará e Paraná, que vieram para o município de Brumadinho, em Minas Gerais, por ser uma região considerada “cinturão verde” (conjunto de pequenas propriedades dedicadas ao hortifrutí, folhosas e legumes). Ao chegarem à região, se depararam com uma realidade diferente e, como consequência, tiveram que se submeter ao emprego informal, fazendo “bicos”. Outros ocupantes do Pastorinhas foram motivados por uma propaganda do Governo Federal, entre os anos de 1999/2000, que instruiu as pessoas a irem às agências dos Correios para fazerem um cadastro que dava a opção de três locais para se assentarem, estando a região de Brumadinho entre essas opções. Ou seja, não era necessário ir para os acampamentos, bastava uma inscrição nos Correios e, após quatro meses, o cidadão teria um retorno. No entanto, segundo a fala de alguns entrevistados, essas pessoas ainda não obtiveram uma resposta.

Em 2001, ocuparam uma área de 156 hectares de terra improdutivo pertencente ao condomínio da família Menezes. Devido à Medida Provisória 2183/01, do Governo de Fernando Henrique Cardoso e mantida pelo Governo Lula, eles não conseguiram permanecer de maneira efetiva na fazenda, pois esta Medida proíbe, por um período de dois anos, a realização de vistorias pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em terras invadidas. A mesma medida provisória estabelece que pessoas participantes de invasões sejam excluídas do processo de reforma agrária. Portanto, foram três anos sofrendo pressões de algumas pessoas da região, morando debaixo de lonas, sem infra-estrutura adequada, sendo despejados por duas vezes.

Das 120 famílias iniciais, apenas 20 não desistiram. Nestas famílias que persistiram, as mulheres possuem um papel primordial, pois lutaram ao lado dos maridos para conseguirem ser assentados. As famílias que persistiram obtiveram conquistas significativas no campo político, social e econômico, o exemplo disso se traduz no nível organizativo da comunidade, na conquista pela terra, na sobrevivência da terra por meio das atividades produtivas e na formação de capital social conectada à formação de redes sociais. De acordo com Gustin (2000), entende-se por capital social a existência de relações de solidariedade e confiabilidade entre os indivíduos e, fundamentalmente, a capacidade de mobilização e organização comunitárias, traduzindo-se em um senso de responsabilidade da própria comunidade sobre seus rumos.

Em 2003, com o apoio do MST, ocuparam definitivamente a fazenda, mas somente em 2006 receberam a posse. Cabe ressaltar que o Assentamento Pastorinhas não é filiado ao MST, mas sempre recebeu apoio do movimento, assim como do movimento sindical, que apoiou a primeira ocupação no assentamento, em 2001. Outros parceiros importantes do assentamento são a ONG Cáritas, a Igreja Nossa Senhora do Carmo, os colégios Marista e Balão Vermelho, e as prefeituras de Belo Horizonte, Betim e Contagem.

Dos 156 hectares de terra, apenas 14 são agricultáveis e, apesar da falta de infraestrutura adequada, os ocupantes plantam 13 tipos de legumes e folhas, frutas e criam animais de pequeno porte, além de produzirem doces, bolos e biscoitos caseiros, tudo comercializado de maneira informal em feiras da região.

Apesar de a produção ser vendida diretamente aos consumidores, segundo os assentados, um grande problema enfrentado é em relação à falta de recursos e financiamento, assim como a presença de alguns atravessadores da própria comunidade, o que faz com que muitos trabalhadores desistam de permanecer no assentamento. Mesmo diante de toda dificuldade enfrentada, segundo os assentados, eles buscam construir, por meio da agroecologia, uma alternativa para viver bem e produzir alimentos de qualidade.

Foram entrevistados sete assentados do sexo feminino e quatro do sexo masculino. A idade dos assentados varia entre 25 e 55 anos, a maioria com filhos e uma média de quatro pessoas morando em cada domicílio, sendo que apenas o entrevistado nº 1 não tem filhos e mora com um irmão. Um dos entrevistados não sabe ler nem escrever; quatro dos entrevistados possuem ensino primário; dois dos entrevistados possuem ensino médio incompletos; um dos entrevistados possui segundo grau completo; um dos entrevistados está cursando curso superior de Biomedicina, em Belo Horizonte (MG), com o apoio do MST; uma das entrevistadas possui curso técnico em agropecuária completo.

**Tabela 1** – Perfil dos entrevistados

<i>Entrevistados</i>	<i>Sexo</i>	<i>Idade</i>	<i>Escolaridade</i>	<i>Nº de pessoas que moram na residência</i>	<i>Tempo de moradia no assentamento</i>
01	Masculino	25	Superior em andamento	02	06 anos
02	Feminino	49	4ª série primária	05	08 anos
03	Feminino	52	2º ano primário	03	08 anos
04	Masculino	40	4ª série primária	04	07 anos
05	Feminino	30	5ª série	06	08 anos
06	Feminino	38	4º série	02	08 anos
07	Feminino	33	2º grau completo	06	04 anos
08	Masculino	55	Não sabe ler nem escrever	05	08 anos
09	Feminino	32	4ª série primária	04	06 anos
10	Feminino	38	Curso técnico completo	04	08 anos
11	Masculino	49	6ª série	05	08 anos

**Fonte:** Elaboração própria.

A maioria dos entrevistados vive no assentamento há cerca de seis a oito anos (tabela 1), com exceção de uma entrevistada que, após o falecimento da sogra, uma das primeiras ocupantes do Pastorinhas, mudou-se com toda a família para o assentamento. Os primeiros ocupantes do Pastorinhas alegaram que o que motivou a ocupação foi a promessa da reforma agrária que levou centenas de famílias a fazerem inscrição pelo direito à terra. Segundo uma entrevistada, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, foram preenchidos 360 cadastros para pessoas da região. No entanto, a resposta que esses trabalhadores receberam do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi: “seu cadastro foi aceito com sucesso, aguarde novas informações”.

então quer dizer, o governo cria aquela ilusão de que você vai ser assentado sem ter ocupação, sem ter violência, e essas família começa a reunir no sindicato, espera um ano por essa resposta e não acontece, e nesse meio tempo (...) eu fui criando um contato com essas pessoas, e aí eu comecei a participar das reuniões, até que surgiu, e isso era puxado pelo movimento sindical, que tinha que fazer uma ocupação, e como o MST tem um programa, uma, uma, um mês de luta, que chama abril vermelho, o movimento sindical usa julho, porque 25 de julho é o dia do trabalhador rural, então Pastorinha foi fazer a primeira ocupação no dia 25 de julho de 2001, contando com cento e vinte famílias para essa ocupação (Entrevistado 10).

A região de Brumadinho, conhecida como *cinturão verde*, já acolhia pessoas de regiões diferentes do Brasil, muitas delas pela expectativa de um emprego melhor, da oportunidade de trabalhar na “cidade grande”, outras para fugir da seca. Os assentados, em sua maioria, foram motivados a ocupar a terra pelo sonho de melhores condições de vida e

trabalho, o que demanda acesso à terra, moradia, alimentação, saúde, transporte, lazer, emprego, dentre outros fatores. A oportunidade de plantar, de ter um pedaço de terra, tornou-se uma forma de aceitação destes assentados na sociedade, garantindo sua individualidade e subjetividade.

Quando jovem eu ficava pensando em vim, arrumar um bom emprego, trabalhar, em crescer, né? Aí vim, cheguei, trabalhava já numa firma. Aí... aquele sonho, assim, que a gente tinha de poder crescer e tudo que a gente sempre via na televisão: “ah, Belo Horizonte, aqui deve ser tudo muito bom e bonito”. Cheguei aqui era totalmente o contrário, num era bem aquilo que de bonito que tava, assim, reservado pra gente. Era trabalhar muito, ganhar pouco, às vez pagar aluguel, e acabava que num sobrava quase nada. Aí passava dificuldade ainda. Aí quando foi em 2003, que já tinha uns dois anos que o pessoal já tava organizado, já tinha feito duas ocupações, já tinha sofrido duas reintegrações de posse, aí em dezembro de 2003 que houve a ocupação dessa fazenda aqui, aí eu juntei ao grupo e vim pra cá. Aí eu fui me entrosando com a turma e fui assentado, hoje sou assentado. Fui tocando minha vida, vivo da agricultura, tenho minha casinha e minha expectativa é continuar aqui pra sempre agora (Entrevistado 1).

Eu continuo aqui porque eu sei que é o ponto certo para nós. Sou da roça. Gosto da roça mesmo. Sou do Ceará, cabeça chata. Eu vim do Ceará tem 21 anos que estou em Minas Gerais, 10 anos em Venda Nova e depois vim para Mário Campos. Aqui é um lugar adequado para nós. Antes tinha umas 90 famílias aqui e foi indo embora. As 20 famílias que ficaram são mais ou menos do mesmo lugar. São todo mundo que quer a mesma característica e para o plantio. A terra para plantar. Eu era ambulante. Vendia de tudo, panela, roupa de cama, rádio, relógio e até móveis eu vendi. Depois vim para Mário Campos e fui trabalhar na roça. Eu conheço tudo de roça. Eu sei tudo de plantio, a época de plantar (Entrevistado 4).

De acordo com Gohn (2008), as mulheres, nos movimentos organizados, segundo a temática de gênero, se destacam por serem as que têm tido os maiores índices de participação e organização em ações coletivas públicas. No Pastorinhas, essa situação não é diferente, as mulheres foram essenciais no processo de idealização da ocupação e permanência no assentamento.

Eu vim de Santa Maria do Suaçui. Trabalhei a meia há muitos anos. O que eu levava pra dentro de casa, nada, cansaço. Sempre eu falava assim: Meu Deus será que eu mereço isso tudo. O senhor vai me dar um pedaço de terra mesmo pequeno para trabalhar por minha conta? (Entrevistado 3)

Quando nós chegou, nós acampou, depois nós fomos despejados. Aí nos fomos para outro lugar. De lá nos saiu para voltar para cá para fazenda. Nós começamos a trabalhar, passou trator aqui nesse campo que já tava desmatado. Nós foi e plantou. Fizemos as barracas e tamos aqui até hoje (Entrevistado 2).

Só que nós chegamos num cansativo. Tinha que montar as barracas, arrumar lugar para as galinhas, para os porcos. Era uma bagunça. Teve gente que dormiu até junto com os porcos de tanto cansaço e em cima das trouxas de roupa. Antes de o dia clarear já tinha barraca armada por todo canto. Uns ficaram para montar as barracas outros fazendo os chiqueiros para os porcos, galinheiro cercado para as galinhas.

Muitos foram plantar. Tudo no primeiro dia. Foi um cansativo. Quando deu 11 hs aquele terreno em frente a V. já estava todo plantado. O que deu para fazer a gente fez. O trator na frente gradeando e a gente plantando atrás. Daí a pouco os policiais chegou. A gente deu uma paradinha e foi conversar com eles. Graças a Deus a V. com muita inteligência que ela tem foi conversar. Chegou depois o INCRA. Eles pedindo para nós sair, mas nós falou que daqui nós não ia sair que a terra já tava todo plantada. Deus abençoou que resolveu muito (Entrevistado 3).

Além disso, as terras no assentamento estão em nome das mulheres, legitimando-as ainda mais. Este fator se deve ao fato de que, culturalmente, a terra sempre ficava em nome dos homens envolvidos no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Muitas vezes, eles vendiam a terra, iam embora e deixavam a mulher sem nada. Ou quando faleciam, as mulheres sofriam as mais diversas pressões para repassar a terra ao comando do homem, mesmo que por meio de um contrato de compra e venda. Para Ficher e Gehlen (2002), do ponto de vista patriarcal, a terra, considerada como um patrimônio, deveria pertencer ao homem. A mulher, como dependente do pai ou marido, de acordo com o direito consuetudinário (que é aquele que surge dos costumes de certa sociedade, não passando por um processo de criação de leis), somente teria a possibilidade de administrar e se desfazer da terra em caso de morte do referencial masculino, devendo, ainda, o patrimônio ser mantido como bem masculino.

Não, é porque é o seguinte, porque geralmente é os cara, aparece, num aparece, e quando surgiu um negócio, parece que os homem tava usando, e vendia e largava a mulher sem nada. Eu no caso, por exemplo, eu preferi mais que ela coisasse porque eu tenho, eu tenho uns pepino pra fora, inclusive na época eu tava até num negócio de processo de um DNA, de um negócio de um filho pra fora, pro mundo a fora lá, então eu não quis nem entrar nisso, porque o INCRA fiscaliza esse negócio (Entrevistado 8).

Os primeiros anos de ocupação foram marcados por dificuldades. A vida debaixo da "lona preta" trouxe, além da discriminação, o estigma carregado pelos "sem terra", segundo relato dos entrevistados. Ao mesmo tempo em que tinham que sobreviver em uma situação de desconforto, sem infra-estrutura adequada, sem água canalizada e luz, enfrentavam o descrédito social.

Nós já passamos muito aperto aqui, com chuva, com vento, que o vento passava assim faltava rancar a barraca das pessoas, nós já passamos muito sufoco com isso, com vento e chuva, mas graças a Deus nós nunca, o vento nunca rancou as barraca aqui nenhuma, nós passava aperto, e medo, era muito (Entrevistado 6).

De ruim foi a discriminação, eu acho assim, a pior coisa que tem é você se desiludir com as políticas do seu país, eu passei por uma fase de desilusão com isto muito grande, onde eu vi pessoas que ganhavam pra fazer um determinado papel, são funcionários públicos, e que não tem o menor interesse. Eu tinha muito respeito pela constituição do meu país, hoje eu acho que ela mais apenas há juízo ali de lei,

porque ela não garante, uma coisa que tá lá, a reforma agrária tá lá na constituição, garantida por lei e não acontece. Ela é uma coisa falsa, né? É uma lei falsa porque ela não acontece, se realmente fosse cumprir o que tá na constituição, nosso país era muito melhor, só que as leis do Brasil são tendenciosas, né? (Entrevistado 10).

Além do sofrimento de viver vários anos debaixo de lona e correndo vários riscos, né? E além de tudo tem que pagar a terra, né? Não é uma coisa de graça, né? Nossa é uma coisa horrível igual a V. mesmo, o M. sentou lá no banco de réu, né? Como se eles tivessem feitos algum crime, né? Aí foi um fato muito triste (Entrevistado 9).

Percebe-se, de modo geral, que relações de violência, às vezes vivenciadas pelo MST, não aconteceram durante a ocupação do Pastorinhas. Para os assentados, essas situações existem, mas são pontuais e, quando acontecem, são alimentadas pela mídia. Ou seja, a violência no movimento dos sem terra passa a ser vista como algo comum, uma regra de conduta, códigos e normas sociais, organizando as relações de poder, de território, de autodefesa, de inclusão.

E que pra acontecer aquilo é o extremo, é o extremo, é o extremo, ninguém sabe o que aquelas famílias passaram pra chegar até aquela decisão, nada é homogêneo, existe sim picaretagem, pilantragem, existe sim, todo mês, todo mês, desde o clero até a mais baixa classe existe, a briga de poder. Isso começou lá nos primórdios, desde o tempo da caverna começou, então existe gente má, assim, de conduta má, e eu acredito que isso é até genético, já tá nele ali, já nasceu com essa determinação, mas não é cem por cento, é minoria e a televisão levanta isso como se fosse todo mundo desse jeito (Entrevistado 10).

Nós não teve nem um arranhão com ninguém, não teve conflito nem com policial, nem com vizinho, nem com o dono da fazenda com ninguém, ninguém. Quando teve audiência lá em Brumadinho o pessoal das lojas abaixaram as portas das lojas. Ficou com medo. Eles têm razão porque na televisão mostra os sem terra fazendo bagunça. Tem sem terra que eles fazem vandalismos mesmo. Só que o nosso caso não era esse. O nosso caso é que nós queria a terra para nós trabalhar (Entrevistado 3).

Ah, é sempre tem o acontecimento muito triste de que chegou o oficial de justiça aqui querendo que a gente desocupasse, né? Aí a gente comunicamos com todo mundo, conversamos, sempre tem gente que resolvia as coisas tudo comunicava todo mundo, família da união, e resolvia assim da melhor maneira possível, né? Já com um acordo, pelo menos com a maioria, aí marcaram uma audiência no fórum, a gente teve que ir todo mundo, né? Nossa, na hora que a gente foi no ônibus parecia que o pessoal da região parecia que era um bando de assaltante que tava no ônibus se tem que ver a situação como foi, aí a gente fomo, um mucado resolveu ir a pé, outros de ônibus e assim. A gente via que a área não tinha nada plantado como que, assim, sei lá a gente era tão... mas a gente podia ter uma condição melhor mas a gente, aquilo ali é tão triste chegar numa situação dessa, né? Frente à justiça, né? Não é uma coisa assim de graça, né? (Entrevistado 9).

Para muitos dos assentados, apesar da falta de infra-estrutura, estar no Pastorinhas traz tranquilidade na criação dos seus filhos, pois a maioria vivia em uma região de grande pobreza, violência, falta de emprego, sem projeto de vida. As famílias que se mudaram para o

assentamento dois anos após a ocupação foram motivadas pela oportunidade de conquistarem um pedaço de terra e de plantar, pela liberdade, qualidade de vida e distanciamento da rotina das capitais.

Aí a gente mudamos pra cá. Viemos, assim, da situação que a gente morava era bem mais confortável, mudar de uma casa e passar pra uma barraca é difícil, né? Mas a gente queria ser melhor e a gente ter lugar pra gente voltar, né? E assim até um pouco assim até afastar também os filho da gente da criminalidade porque onde a gente morava, nossa senhora, a gente morava num bairro lá que é morte né, fia, era morte, morte para todo lado, né? É droga e foi melhor por vários motivos, né? Por motivos da gente está tendo um teto para morar e no sentido também de ter uma bela casa para pra mim, assim pra mim, porque toda vida eu morei no teto do meu pai (Entrevistado 9).

Eu gosto, eu vivi 19 anos em uma fazenda, né, gosto de mato, ficar na terra, se for para sair daqui eu não saio não (Entrevistado 6).

Eu acredito que busco melhores condições de vida, um pouco de liberdade, liberdade no sentido de que antes trabalhava no que era dos outros, morava no que era dos outros, né (...). Buscam um pouco mais de liberdade, de tranquilidade, de paz (Entrevistado 1).

Não, não, aqui é melhor, aqui é melhor, meus meninos pode brincar à vontade, entendeu, aqui, mais natureza, é tudo (Entrevistado 7).

Nossa, pra mim foi o melhor presente que eu pude ganhar na minha vida. Pra mim, foi o melhor presente do mundo. Procê tirar uma base, eu tinha, tinha não, tenho uma casa num bairro que eu construí tijolo por tijolo, tá lá fechada, larguei pra lá (Entrevistado 8).

Sobre as relações familiares no assentamento, a mulher está num papel de agente respeitada. Muitas das decisões intrafamiliares são tomadas pelas mulheres ou a partir do seu consentimento. Para Sen (2000), quando a condição da mulher é respeitada, ela influencia as decisões familiares nessa direção. Ao perguntar aos entrevistados sobre quem comanda a família, apenas uma das entrevistadas disse que era o marido, duas disseram que são elas mesmas e o restante dos entrevistados disseram que eram os dois. Segundo um assentado: *“Eu e a Dona Maria comandamos a casa”. O nome dela é R. Nós tem um acordo*” (Entrevistado 4).

Em relação à vida no assentamento, todos os assentados entrevistados alegaram gostar muito do assentamento, não tendo perspectiva de se mudar. A relação com o território, mais que um espaço físico, se configura num espaço de relações sociais marcado pela vontade de permanecer pra sempre naquele local. Como afirma Carvalho (2002), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra revigorou o processo histórico de emancipação social, resultando na afirmação de identidade social dos trabalhadores, como na conquista cotidiana da dignidade das pessoas envolvidas na luta pela terra, pela reforma agrária e pela mudança

no modelo econômico vigente. Todos esses fatores contribuem de forma significativa para o sentimento de vínculo e pertencimento à terra.

A sensação de pertencimento dos assentados ao local onde moram possibilita a conquista de melhorias individuais e coletivas de vida e de bem-estar, melhorando-o e tornando-se mais viável a constituição de capital social que permitirá níveis menores de exclusão social, de empobrecimento e, ainda, níveis mais baixos de danos variados.

Eu sou apaixonada com esse lugar aqui. O futuro é como eu falo com meu marido, é nós trabalhar no nosso pedacinho de terra. Acabar nossa casa. Ficar sossegado aqui. Cuidar do meio ambiente que a gente tem que cuidar. Vigiar ao redor para não mexerem na mata. Meu futuro é esse (Entrevistado 2).

Eu pretendo, como diz o K., ficar aqui até o último dia da minha vida (risos), porque eu fui o segundo a chegar ali e sou o último a ir embora, porque eu fui o segundo a chegar ali, no dia que nós viemo, era até aniversário dela, nós viemo, nós saimo de madrugada e viemo, e chegamo aqui, e ficamo aqui no meio do matão, sem saber de nada, e larguei os menino lá em casa, essa ficou aí e os menino, porque eu tenho uma outra caçulinha, depois você vai ver ela, aí ficou lá com os menino, aí eu mais ela veio, deixei ela aqui, fui, arrumei carga, fui pra feira, trabalhar na feira modela, e voltei, cheguei aqui era onze e meia da noite, virei essa serra sozinho, de noite, tarde, com a caminhonete, e vim parar cá, nem barraca não tinha, tinha uma lona assim, e por lá nós durmimo, saimo de manhã cedo (Entrevistado 8).

Com certeza, eu quero envelhecer, meu sonho é envelhecer e ficar lá, sentadinha numa cadeirinha olhando essas matona toda assim, vê minhas filhas formadas, mas trabalhando aqui, utilizando todo o conhecimento que ela adquiriu lá fora e colocando em prática pro bem da comunidade, da humanidade, espero que essa experiência de vida, sabe, que elas puderam iniciar, que seja uma bagagem boa pra elas, e assim eu não me vejo fora daqui não, eu saí daqui só quando morrer (risos) (Entrevistado 10).

Eu quero continuar aqui. Que Jesus me abençoa. Terminar a minha casa. Tem um dinheirinho pra dá um passeio. Terminar de comprar os móveis para dentro de casa. Quem sabe que Jesus me ajuda a comprar um carro. Perspectiva de futuro eu pretendo continuar aqui, me formar, trabalhar, minha área de formação num é uma área que eu vá usar diretamente aqui, eu vou ter que atuar fora, mas a minha vontade é poder trabalhar próximo aqui pra eu poder tá indo e voltando todo dia, eu já vou estudar e volto todo dia. E pretendo continuar aqui, porque eu acredito que tudo o que eu já adquiri na vida eu acho que a base foi aqui, por mais que a gente veja, “ah, mas um acampamento lá na barraca de lona”, foi com isso que eu achei estrutura pra crescer (Entrevistado 1).

A renda familiar dos assentados varia de R\$ 200,00 a R\$ 2000,00. Essa discrepância de valores é considerada para alguns dos entrevistados como competição. A presença de atravessadores no assentamento traz um incômodo velado aos assentados, baseado na incapacidade de a comunidade ter iniciativas autônomas e de manifestar e defender seus próprios interesses.

Tem umas famílias que ajudam e outras ajudam. Muitas ajudam, mas sem boa vontade. Uma comparação. Quando tem entregar lá pro restaurante e se eu não tenho um produto, aí você pede para um que tem mais naquela vez e depois repor. Tem gente que faz cara feia, aí você deixa para lá. Às vezes hoje é couve, uma acelga, um alface. Quando eu não tenho, tem uma pessoa que tá do meu lado e tem, mas não quer negociar ou faz contra a vontade. Pessoal aqui fica cada um na sua (Entrevistado 4).

A renda dos outros eu não sei. A minha renda varia. Já tem uns três meses que não pego um centavo de horta. Agora que plantei tudo de novo. Dá uma média de R\$ 250,00 ou R\$ 200,00 por mês (Entrevistado 3).

Ô, até que nas outras vendas, igual o E. quando veio pra cá, ele já tinha essa feira e o M. também, agora essa venda no Balão Vermelho mesmo foi construída por todo mundo, só que aí até no início eu comecei a ajudar a vender, aí não sei o que aconteceu, o M. não quis levar mais, quem está levando agora falou que levava, mas não era ser igual era, porque antigamente era assim, se eu tinha cenoura levava a minha cenoura e vendia e depois tirava os gastos e me passava o dinheiro. Era até o R. que fazia as contas para todo mundo e assim fazia, levava a couve de um, o alface de outro, almeirão de outro e assim que fazia, e esse que pegou agora não aceitou ser desse jeito, leva as verduras e vende só para ele (Entrevistado 9).

Pra mim é uma competição. Do modo deu pensar, porque eu posso ajudar ocê enquanto tiver precisando e depois que eu sei eu dou mais atenção. A história do Balão é uma longa história. Era uma competição, uns vendia mais do que os outros. O pessoal foi saindo e resolvendo não mexer mais com isso. Eu fico mais quieta no meu canto. Eu obedeço ao Deus que eu acredito (Entrevistado 2).

Que quando ele tava começou a fazer muita chantagem pra pagar o carro, todo dia, sabe como é que é? Tinha o resto, chegou num ponto que eu mesmo falei com ele “não, não vou mais vender procês não, cês pode, pode comprar de outro, eu não vou vender procês não, porque a mercadoria pro cês tá saindo mais barata do que eu vender ela pro galpão” por causa de quê? Era despesa demais, ocê vendia um pé de alface lá, por exemplo, a despesa dela sai mais cara, saia mais cara porque, porque o correto, pagava mais isto, mais aquilo, mais aquilo a outro, então jogava tudo em cima da mercadoria. Aí onde é que começou a não compensar (Entrevistado 8).

Eu acho que está faltando mais amor ao próximo, respeitarem mais os outros. Ter opinião de todo mundo e não de dois ou três. A nossa vida podia esta melhor. Exemplo: A escola Balão, antes todo mundo entregava e colocava um pouquinho e era uma renda fixa. Agora ficou na mão de duas pessoas só. Duas pessoas que não tem filho e não tem nada. Muitas coisas acontecem em nome do assentamento e beneficia um ou dois. Quando chega visita e ninguém fica sabendo quem é. Quem mais apoiou aqui no assentamento foi as mulheres (Entrevistado 5).

Há de se destacar que a solidariedade entre os empreendimentos solidários deixa a desejar, pois apesar da EPS não ser recente, ainda não se desenvolveu uma rede estruturada de relações entre empresas de autogestão, cooperativas e associações sem fins lucrativos, buscando dinamizar a produção, por meio da união de interesses e das complementaridades de técnicas e conhecimentos de gestão, além das compras de matérias-primas e insumos, vendas de produtos, aproveitamento de resíduos e compartilhamento das redes de comercialização; tendência essa que, muitas vezes, se impõe no interior da economia de mercado, como as empresas capitalistas organizadas em forma de rede.

Arruda (2000) afirma que, “*na prática, os mercados, mesmo quando há cooperativas vendendo e comprando entre si, jogam as pessoas umas contra as outras*” (ARRUDA, 2000, p. 219). Para o autor, este mercado solidário deveria combinar cooperação e competição, ou seja, dever-se-ia combinar duas estratégias, a de competir no mercado dominado pela lógica competitiva do capital, e a de construir relações de troca intercooperativa, em que predominam as vantagens cooperativas, o planejamento participativo e a solidariedade.

Percebe-se, segundo a fala de alguns assentados do Pastorinhas, que o fato de as mulheres possuírem um papel de liderança no assentamento, tendo acesso à vida pública e política, está ligado ao fato de que, no começo da ocupação, os homens precisavam trabalhar fora do assentamento para manter a família. Diante disso, as mulheres tinham que tomar as decisões importantes no assentamento e participarem das reuniões externas referentes à posse da terra

A vida dos assentados fora do Pastorinhas, principalmente das mulheres, se condiciona às reuniões com prefeituras, com o INCRA e demais entidades para se tratar de assuntos importantes ao assentamento. Este papel, na maioria das vezes, cabe às mulheres que, mesmo com todos os afazeres domésticos e da lavoura, representam o assentamento junto aos atores externos. A presença feminina no assentamento é muito forte e é marcada, principalmente, pela própria história do assentamento. Para alguns entrevistados, no início da ocupação, os homens tinham que trabalhar fora para manter o sustento da família. Diante disso, as mulheres permaneciam no assentamento, tendo que resolver todas as questões que surgiam, sejam relacionadas às situações rotineiras e domésticas, sejam relacionadas à vida política.

A conquista da subjetividade das mulheres no assentamento as torna, segundo Touraine (2007), atrizes morais, livres, responsáveis, que não mais se consideram objetos encarregados de significações impostas de fora, mas atrizes cujo objetivo primordial é construir a si mesmas como atrizes, como seres livres. Percebe-se, no assentamento, que essa inversão de papéis entre homens e mulheres não é ilusória, nem é o efeito de uma manipulação ou falta de consciência, mas sim um fato de peso, que “*ultrapassa as idades e níveis sociais e que certamente está associado a uma profunda transformação da nossa cultura*” (TOURAINÉ, 2007, p.31). Essa inversão de papéis fica clara na fala dos assentados:

Agora a gente está fazendo assim, agora vai o representante de cada grupo são cinco grupos, decidimos por afinidade, tem minha mãe, minha irmã, tem eu, tem a outra vizinha R. e tem a outra em um grupo. Aí quando a gente tem que ir para alguma reunião, aí a gente define que um de cada grupo vai. A maioria é mulher, a maioria é mulher né, mãe? Às vezes vai uma Kombi cheia só de mulher. Quando vai um homem vai assim um piquitinho no colo (Entrevistado 9).

Eu acredito, assim, que a gente aqui sempre buscou muito essa questão de gênero, e assim que se vai forma uma comissão pra discutir uma questão de habitação, coloca ali, se tem dois homens põe duas mulheres também. A gente trabalha sempre com essa relação. E as mulheres aqui sempre têm uma boa participação em tudo, tão dispostas e querem tá ajudando na construção de tudo aqui, qualquer coisa assim (Entrevistado 1).

A trajetória de luta das mulheres, segundo Gohn (2008), seria marcada por lutas gerais e específicas, por tendências e conflitos internos em suas organizações, mas também seria ampla, composta por lutas do movimento feminista, dentre outros movimentos que compõem partes de seu universo e que demandam melhores condições de vida e trabalho, reconhecimento de direitos sociais, políticos, econômicos e culturais. Ou seja, a inversão de papéis entre homens e mulheres, abordada por Touraine (2007), possibilitaria o fortalecimento da identidade coletiva das mulheres, sendo essencial para o avanço do processo democrático do país.

Em relação às parcerias criadas durante a ocupação do Pastorinhas, estas foram fundamentais durante todo o processo de ocupação da terra. A decisão pela ocupação surgiu a partir de reuniões com o Sindicato Rural e com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG). Após algum tempo, rompeu-se com o sindicato e os assentados foram apoiados por outros parceiros, como a ONG Cáritas, a Escola Balão Vermelho, o Colégio Marista, o MST e a Igreja Nossa Senhora do Carmo, parceiros que aparecem freqüentemente na fala dos entrevistados.

E assim, quais são os parceiros fundamentais na nossa jornada aqui? É a Cáritas, Frei Gilvander, né? O CEDESETS, que é o Centro de Documentação Elói Ferreira. O CEDESETS foi importantíssimo pra nós e eles trabalham fazendo a história de indígenas, quilombolas e sem-terras, tem uma boa parte da história nossa eles vieram acompanhando e escrevendo, até pra num perder, né? (...) e pra o MST a gente virou parceiro dele, não pertencendo a ele, mas sendo parceiro, porque tem algumas coisas que a gente discorda do movimento (Entrevistado 10).

Temos a parceria muito boa, do Balão Vermelho, do Maristas, da Igreja Nossa Senhora do Carmo, do Frei Gilvander. Como o Frei Gilvander ajudou nós nessa luta nossa. Ajudou e está pronto pra ajudar. Tem uns 20 dias que ele veio aqui. Exemplo, ele fala que tem isso para resolver e ele resolve mesmo. Ah, tem o Cáritas. Do governo temos aquele PA da compra direta para o restaurante, e diz que tem uma escola também do governo. Saiu o dinheiro das casas também foi do governo (Entrevistado 3).

Ah, sim. Já veio umas entidades aí. O Cáritas veio. O pessoal da Escola Balão Vermelho deu umas dicas para nós. O restaurante popular, a prefeitura de Contagem. Só não aproveita quem não quer. A prefeitura é tipo de um contrato. Tem um valor por ano (Entrevistado 4).

Tem, temo apoio. A gente sempre temos ajuda aí do Sérgio Vander, do falecido Padre Dante que ajudou muito o assentamento, da Cáritas que no início ajudou

muito a gente, e tem assim, o colégio Balão Vermelho, o Marista, sempre está ajudando a gente, os alunos de várias faculdades, tem o da UFMG que fez um trabalho com a gente, fez uma entrevista com as famílias todas do assentamento, depois a gente foi para lá pra faculdade (Entrevistado 10).

No início a coisa era só de algumas ONGs, porque apoio, assim, do poder público a gente não tinha, então tinha essas ONGs como o Cáritas, que é uma ONG vinculada à igreja católica, eles deram apoio, desenvolviam aqui no assentamento um projeto chamado Segurança Alimentar, que colaborou com recursos pra aquisição de sementes, preparação de solo, ajudou com recursos pra comprar, tipo coisas pra irrigação, então, a princípio, vinha só esses tipos de ajuda. Agora, já assentados, a gente passa a ter direito a alguns créditos que são do Governo Federal, tipo um recurso pra habitação, são em torno de R\$ 10.000,00 (Entrevistado 1).

Sabe-se que a ocupação da terra ocorre a partir de um movimento de massa local, no qual são mobilizadas centenas e até milhares de famílias, buscando a construção de uma identidade de resistência. Para Carvalho (2002), essa identidade de resistência pode ser superada pela ampliação dos planos sociais em que acontecem as lutas sociais. Segundo Castells (1999) *apud* Carvalho (2002) “*os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social*” (CASTELLS, 1999 *apud* CARVALHO, 2002, p. 248). Isto é, os sem terra começam a perceber que apenas a obtenção da terra é insuficiente para a realização dos seus objetivos econômicos imediatos. Ainda na concepção de Carvalho (2002), “*as demais lutas sociais como educação, saúde, cultura, formação, etc, são indispensáveis para a emancipação de duas das três cercas que os dominam, o latifúndio e a ignorância*” (CARVALHO, 2002, p.249). O MST, de forma simbólica, considera que a sua luta social tem como objetivo derrubar as três cercas: do latifúndio, da ignorância e do capital.

Apesar de compartilhar com a ideologia do MST, pautada não apenas na “luta pela terra”, mas em uma ampliação dos planos sociais e das possibilidades de transformação socioeconômica, principalmente em relação às chances de emancipação política dos setores sociais à margem da sociedade, a comunidade Pastorinhas optou por receber apoio do movimento, mas de não fazer parte dele formalmente.

Pra o MST a gente virou parceiro dele, não pertencendo a ele, mas sendo parceiro, porque tem algumas coisas que a gente discorda do movimento porque o movimento tá muito voltado pra politicagem, nem é pela política, ele tá com aquela ideologia de que...Eu acredito hoje que já passou o tempo em que as coisas eram resolvidas pela violência, hoje tem que ser na base do diálogo e da mediação, e eu acho que quando você parte pra uma questão de ocupação de terra, de reforma agrária, lá na constituição tá escrito que, quando uma terra não cumpri a função social, é passível também de apropriação, então o quê que é cumprir a função social? Gerar emprego e renda, aí o que que acontece, se você ocupa a terra você tem que fazer produzir alimento, tem que ter renda e ter serviço pra você sobreviver dela, o que eu vejo na

maioria dos assentamento é que eles ocupam a terra, criam os assentamentos, mas não produzem, ficam colocando culpa no governo, eu acho que você começa a mudar o mundo que você vive a partir de dentro da sua casa, não adianta eu querer pensar uma coisa a nível mundial, se eu mesma não consigo vivenciar isso no meu dia a dia (Entrevistado 10).

Do MST a gente é um assentamento, a gente tem uma relação muito boa com eles, a gente vamos dizer assim, a gente copia um pouco eles, a gente aprende muito com a trajetória deles, com o histórico de luta deles, mas, assim, o assentamento não é um grupo vinculado diretamente ao MST, é um grupo autônomo, mas a gente tem uma boa relação com o movimento (...). Tem apoio, por exemplo, no setor de formação deles. Eles abrem espaço pra quem quiser ir e participar. Por exemplo, eu tô estudando e recebi uma indicação deles pra estar indo, participei já de outros cursos de formação MST. Então a gente tem, assim, essa abertura, essa apoio na área de formação (...). Mas quando eu cheguei, as famílias já tinham três anos que tavam lutando e com isso elas conseguiram essa autonomia de grupo, conseguiram caminhar independente dele. Então chegou um tempo a gente pensou: por que não termos uma relação amistosa, mas sermos autônomos? Se consegue caminhar melhor ou se consegue ser uma experiência nova, qual seria a diferença, pra gente poder até comparar entre os assentamentos do MST e o nosso, pra o que que se difere nisso tudo. E aqui a maioria das famílias tem essa questão de seguir autônomo mesmo. Tem essa relação de amizade, mas que não se vincule ao MST (Entrevistado 1).

Percebe-se que, por mais que os assentados tenham respeito e até necessitem do apoio do MST, eles não querem ser vinculados institucionalmente ao movimento, pois prezam pela autonomia. Para alguns assentados, muitas vezes, a conduta do movimento não condiz com sua filosofia.

Em relação à produção do assentamento, esta é realizada a partir de cinco grupos produtivos, cada um com cerca de quatro participantes. Geralmente, são duas ou três famílias que fazem parte destes grupos, sendo o trabalho realizado de forma coletiva e a produção escoada para feiras da região, para o restaurante popular em Belo Horizonte e Betim, para os Colégios Balão Vermelho e Marista, em Belo Horizonte. Mas o acesso aos pontos de vendas não abrange todos do assentamento; de acordo com alguns assentados, há uma divisão dos canais de escoamento e, quando os responsáveis pelos canais de escoamento não conseguem completar a produção, compram-na com outros assentados.

Na escola Balão, antes todo mundo entregava e colocava um pouquinho e era uma renda fixa. Agora ficou na mão de duas pessoas só. Duas pessoas que não tem filho e não tem nada. Muitas coisas acontecem em nome do assentamento e beneficia um ou dois. Quando chega visita e ninguém fica sabendo quem é. Quem mais apoiou aqui no assentamento foi as mulheres (entrevistado 2).

Agora ficou assim, quando eles não têm alguma coisa eles compram na mão da gente e compra como atravessador. Uma coisa que agente queria fugir era de atravessador e aqui tem atravessador (entrevistado 3).

No início todos vendiam para todos os pontos, mas não havia cooperação, então mudou (...) falta trabalhar o lado associativo das pessoas (entrevistado 11).

Há um responsável por cada grupo produtivo no assentamento, representando-o em reuniões externas ao assentamento. Cabe ressaltar que há rotatividade dos membros dos grupos em relação à participação nessas reuniões. Considera-se que a divisão dos assentados em grupos produtivos pode ser importante para a organização comunitária, mas também pode acarretar uma segregação da comunidade em pequenos grupos, “(des) coletivizando” o trabalho. Porém, ao mesmo tempo em que há essa separação dos assentados em grupos produtivos, quando existe a necessidade de discutir questões importantes ao assentamento, há uma participação coletiva dos assentados nas reuniões.

Assim, aqui nunca teve representação individualizada, no começo era uma comissão, que tinha nove elementos e assim todo mundo, os nove participava de tudo, de lá pra cá criou-se grupos de produção, são cinco grupos de produção, então agora vai um representante de cada grupo (Entrevistado 10).

As decisões aqui, de fundo que se trata assim, da Pastorinhas, vamo supor, quando se trata daqui de dentro, aí faz uma reunião, aí é maioria, mesmo que alguém teja contra, ocê é obrigado a aceitar, porque a maioria que manda (Entrevistado 8).

Olha! É como eu te falei, sempre tem pessoas que conseguem fazer algo melhor. Melhor no sentido, assim, “olha pode deixar que eu vou lá no INCRA, vou marcar uma reunião”, mas tem outro que fica aqui, que cuida da produção. Então todo mundo tem sua participação, nem todo mundo participa de tudo, mas todo mundo participa de alguma coisa (Entrevistado 1).

A produção no assentamento é realizada na perspectiva da Economia Solidária, produtos sem agrotóxicos, plantados com consciência ecológica, segundo os assentados. Mas o trabalho, que deveria ser coletivo, muitas vezes torna-se individualizado. Isso mostra a dificuldade de se trabalhar de forma solidária e coletiva em muitas comunidades e grupos de produção, como diz um assentado: *“falta trabalhar o lado associativo das pessoas”* (Entrevistado 11). Em contrapartida, a comunidade do assentamento é organizada, o que pode ser um facilitador do processo de conscientização da importância do trabalho solidário. Para alguns assentados, na época em que não havia posse da terra no Pastorinhas, as pessoas eram mais participativas, trabalhavam de forma mais solidária *“ as influências externa dificultam a cooperação entre as pessoas”* (Entrevistado 11).

Já foi muito melhor, porque o que eu percebo hoje é quando cê tem um ideal comum, que todos, todos se convergem pra lá, quando a gente não tinha a posse da terra, era muito mais unificado, porque o ideal era o quê? Conseguir a terra. A gente saber que se um, se um pensasse diferente ia atrapalhar pra coletividade pra essa posse da terra, o que que acontece? (Entrevistado 10).

Aqui é coletivo, mais assim cada um planta o seu. Às vezes você planta muito e perde. A gente pensa assim. Eu não vou plantá muito porque não tem onde escoar

ela. Para gente escoar ela toda eu tenho que ir no CEASA. Tem caminhão, mais não tem motorista (Entrevistado 10).

Não tem coletivo. Um exemplo, se eu tô apertada com plantio, o certo seria quem está mais folgado ajudar o outro, mas isso não acontece. Isso aconteceu lá em 2002. Depois disso cada qual faz para si. Por isso acho que o coletivo não funciona. (Entrevistado 3).

Existe uma associação no assentamento, constituída no início da ocupação, mas está inativa. Os assentados pretendem reerguer a associação como forma de processar os produtos do assentamento, melhorando o escoamento da produção e, conseqüentemente, a vida da comunidade.

Nós, nós num, nós precisa dela, igual eu principalmente, no caso por exemplo, nós temos uma dívida de um dinheiro de uma mandioca que nós pegamo emprestado quando nós entramo aqui, eu já paguei a mercadoria, eu já paguei a dívida, mais não paguei, a mercadoria e já foi, mais eu preciso da nota da associação, porque quando nós entramo praqui, tem um documento que foi redigido, nós tinha que fazer ou uma cooperativa ou uma associação, só que a cooperativa, não tem como ocê fazer uma cooperativa aqui dentro. Pra ocê fazer uma cooperativa tem que ser com todos, aí existe essa meia dúzia de gente que não tem como ocê mexer, porque a cooperativa ela tem que funcionar, mas tem que funcionar desse jeito, ocê tem que ter aquilo, sabe como é que é? (Entrevistado 8).

Igual, quando eu comecei a te contar o problema da associação, tem que resolver, pra depois, for pensar em comercializar, o que a gente pensa muito é na questão de processar esses produtos, os produtos processados eles vão ter maior valor de mercado, aí demanda de uma estrutura física com aquelas coisas que a vigilância sanitária exige (Entrevistado 10).

A associação deu inicio e foi indo até bem. Precisamos reunir para levantar ela. Eu só assisti uma reunião. Não pode deixar cair não. Toda comunidade tem que ter uma associação. Ma andorinha só não faz verão (Entrevistado 4).

Em relação ao papel das mulheres no processo de organização do trabalho, estas continuam fazendo dupla jornada: ao mesmo tempo em que trabalham em casa cuidando dos filhos e dos afazeres domésticos, estão na lavoura ajudando os maridos. No processo de divisão de trabalho que se estabelece entre os sexos, ao homem cabe os serviços que requerem maior força física, já a mulher executa tanto as atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve.

As mulheres no assentamento se dedicam ao plantio, mas também à produção de doces, bolos e biscoitos como alternativa de geração de renda. A produção é caseira, ou seja, não existe maquinário necessário para uma produção em maior quantidade. Além disso, como os demais produtos do Pastorinhas, segundo os assentados, toda produção é comercializada em feiras locais e em Belo Horizonte. No entanto, pretende-se expandir a produção e melhorar a qualidade dos produtos a partir de um recurso do Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultora Familiar (PRONAF), que receberão após a construção das casas no assentamento.

É assim: tenho minhas tarefas normais, domésticas, né? Lavar, passar, cozinhar, tenho a minha ajuda lá na produção, eu também sempre vou pras reuniões, recebo, agora ficou muito comum tá recebendo grupos aqui, né? Através do Frei Gilvander, me ajuda a receber, e ainda estudo, né? Assim estudo informalmente, eu sempre tô lendo, buscando alguma coisa de novidade na questão da agricultura, de agroecologia, se tiver alguma oficina que for gratuita eu sempre me inscrevo, porque geralmente eu só fico, esses curso são todos muito caro, né? E quando a gente consegue alguma inscrição gratuita a gente acaba fazendo, quando é uma formação de graça a gente faz, às vezes, é cansativo, sabe, porque você acaba tendo uma jornada tripla: cê é mãe, cê é esposa, cê é dona de casa, cê é agricultora, na segunda-feira eu ainda trabalho lá nesse ponto de venda, lá vendendo pra tirar o sustento aí (Entrevistado 10).

A minha rotina é meio complicada e cansativa também. De manhã vou lá para a horta. Chego em casa tem que lavar vasilhas, arrumar em casa. Tem dia que fico lá o dia inteiro e só venho em casa para almoçar e volto para horta. O que colhi hoje vai pra o restaurante de Betim. Eu faço tudo na horta. Planta, colhe, vende e divide. Eu e meu filho. Eu espero uma situação melhor. Não tão cansativo como era lá em Bom Jardim, sair cinco da manhã sair do serviço e chegar dez da noite. Quero viver mais tranqüilo. Quero uma coisa melhor para mim e para os meus filhos e meus netos. A gente sair do lugar que a gente estava. Muito barulho, muito trabalho. Aqui tudo é melhor. A gente dorme melhor. As mulheres estão buscando o melhor para a família (Entrevistado 3).

A minha esposa fica mais do que eu na horta. Agora no espaço tempo que eu vou, eu faço o trabalho mais pesado. Capino, roço. Lá no sítio eu recebo pelo dia. Se chegar sete horas tenho que sair às quatro horas da tarde, se chegar às sete e meia tenho que sair às quatro e meia (Entrevistado 4).

Mesmo com a divisão sexual do trabalho, muitas mulheres no Pastorinhas estão à frente de grupos produtivos, assim como os homens, sendo esta uma forma de valorizar o trabalho feminino fora do espaço doméstico, representando um passo à frente na emancipação feminina, ou seja, é a possibilidade da representação política desses grupos ser feita por mulheres, trazendo uma transformação social marcada pela ruptura com a ordem existente. Além disso, este tipo de experiência possibilita reconhecimento e visibilidade às mulheres, desconstruindo a idéia assimilada socialmente da superioridade masculina nas atividades laborais geradoras de renda.

Agora a gente está fazendo assim, agora vai o representante de cada grupo são cinco grupos, decidimos por afinidade, tem minha mãe, minha irmã, tem eu, tem a outra vizinha R. e tem a outra em um grupo. Aí quando a gente tem que ir para alguma reunião, aí a gente define que um de cada grupo vai. A maioria é mulher, a maioria é mulher né, mãe? Às vezes vai uma Kombi cheia só de mulher. Quando vai um homem vai assim um piquitinho no colo (Entrevistado 9).

E eu nunca quis ter essa função de representar sozinha não, porque é muita responsabilidade, porque se você acerta, parabéns, você cumpriu a sua obrigação, mas se você erra, você é condenado, e eu acredito que o ser cresce a partir do momento que ele interage, então ele num pode ficar só aqui no campo, ele tem que

saber que ele tem que ir lá no INCRA participar de uma reunião, que ele tem que debater, porque isso ele vai crescer, e ele vai tá ali envolvido, ele vai saber de todas as dificuldades reais, e não vai tá sentindo assim é...(Entrevistado 10).

Para Paulilo (2000), a categoria trabalho, seja ele remunerado ou não, sempre foi relevante para o pensamento feminista. A partir do momento em que a mulher tem acesso ao trabalho, mesmo que não remunerado, mas que não seja exclusivamente doméstico, ela se sente mais valorizada. O trabalho, quando remunerado, é considerado fundamental, pois, em uma sociedade na qual quase tudo se compra, o acesso da mulher a alguma forma de renda própria pode torná-la mais independente e participante nas decisões, podendo ser considerada produtora rural e não apenas “do lar”. No Pastorinhas, a divisão da renda nos grupos produtivos acontece de forma igualitária, o que representa um grande avanço no processo de emancipação da mulher, considerando que, geralmente, no mundo do trabalho, há uma discrepância entre os valores recebidos entre mulheres e homens.

Não, não, bom, lá em casa não tem isso não, lá em casa o dinheiro, o dinheiro fica, inclusive pra você ter uma base, o dinheiro fica é com ela, o que que tem que comprar pra horta nós já vem comprando, o que que tem que comprar pra dentro de casa também nós compra, num existe esse negócio aí lá em casa (Entrevistado 8).

A gente trabalha assim, em torno de cinco grupos, né? Então esses grupos cada um tem a sua autonomia ali, dentro do seu grupo onde eles trabalham e produzem, ali trabalha, por exemplo, a mãe e os filhos, então ali eles tem aquela autonomia de dividir aquela renda que eles têm ali. Tem outro grupo lá, por exemplo, às vezes três ou quatro, que eles também têm a autonomia de ver o que eles plantam, porque dependendo do que eles comercializam, não é eles que determinam o que vai ser produzido, mas sim o mercado lá fora que vai dizer, “olha, a gente come isso, isso, e aquilo”. Então eles têm que produzir dentro do seu grupo e aí eles dividem aquela renda (Entrevistado 1).

Mesmo as mulheres estando à frente de alguns grupos produtivos, a comercialização dos produtos, na maioria das vezes, é feita pelos homens, ficando as mulheres com a responsabilidade de colher e embalar os produtos. Percebe-se que, mesmo com o acesso das mulheres do assentamento à vida pública, quando se trata da venda direta dos produtos ao consumidor, esse papel ainda é destinado ao homem.

As mulheres eu acho que fazem muito bem é na hora de pegar o produto e limpar, embalar. Acho que aí tem a participação mais forte delas porque acho que faz melhor. O homem fica mais naquele serviço mais pesado, tipo ir lá e cortar, pôr na caixa, carregar (Entrevistado 1).

De madrugada, aí eu fico lá até umas cinco e meia, mais ou menos, quando for cinco e meia eu já vendi tudo que eu tinha que vender, eu pego as caixa vazia e vou pra minha feira com a outra mercadoria, o da feira tá separado (Entrevistado 8).

Todos ali plantam, agora, tem alguns que num dia específico ali, numa segunda ou numa terça que carrega a caminhonete, que vai pra feira, que vai entregar isso ou aquilo nas escolas, vender também (Entrevistado 1).

Desde o início da pesquisa, havia uma grande preocupação em escutar e entender “do interior” a vida no assentamento. Os relatos dos assentados foram bastante esclarecedores e, mesmo diante de todos os problemas e limitações, a escuta desses sujeitos foi fundamental.

Diante do quadro desenhado a partir da análise dos dados, é possível pensar quais estratégias devem fazer parte de um projeto que proponha (re) pensar a EPS como uma das alternativas de emancipação da mulher. É preciso refletir sobre as práticas adotadas, sem perder de vista que os problemas referentes ao gênero se inscrevem numa realidade sócio-histórica de um longo tempo e que não pode ser desvinculada de problemas estruturais que estão presentes em todo o mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou realizar uma análise mais ampla do processo de emancipação da mulher no Assentamento Pastorinhas. Após várias entrevistas realizadas no assentamento, percebeu-se que, apesar de ser uma comunidade organizada, ainda existem lacunas a serem preenchidas no processo de emancipação dos assentados. Uma saída seria, segundo Gustin (2000), uma atuação coletiva, isto é, uma priorização das ações, discussões e decisões da comunidade, formando um círculo virtuoso de revisão de práticas sociais, de mobilização e de organização popular, favorecendo a cidadania comunitária. A autora vê na observação, escuta, compreensão e na intervenção participativa procedimentos primordiais que beneficiam a proposta de emancipação social. Há que se instaurar um processo no qual as pessoas se tornem atores conscientes de sua exclusão e de seus riscos e danos e das suas possibilidades de solução. Só assim é que a adversidade poderia ser superada ou minimizada e poderia haver, ainda, a possibilidade de se governarem, de administrarem seus próprios interesses.

A apatia de alguns moradores do Assentamento quanto à presença de atravessadores na comunidade pode ser explicada por um pensamento elitista, que não se manifesta explicitamente, mas que paira sob os assentados. É um pensamento baseado na incapacidade do povo de ter iniciativas autônomas e de manifestar e defender seus próprios interesses, reafirmando que a riqueza e o poder acabam concentrados nas mãos dos mais capazes. Esta situação torna-se clara ao se comparar os rendimentos mensais das famílias do assentamento que variam de R\$ 200,00 a R\$ 2000,00. Ou seja, a tão criticada forma contemporânea de controle social que naturaliza a dominação por meio das relações capitalistas também se faz presente na comunidade Pastorinhas.

Entende-se que esta “outra economia” poderá, por meio de iniciativas econômicas solidárias e de um trabalho de educação associativista, atuar positivamente nos processos de emancipação do da mulher, permitindo a (re) significação do trabalho e do lugar ocupado por essas pessoas na sociedade, além de abrir espaço para a construção de percepções, relações e práticas emancipatórias e menos individualizadas. Porém, cabe ressaltar que, apesar de os empreendimentos proporcionarem uma melhora na qualidade de vida das comunidades envolvidas, sabe-se que os negócios gerados nessa economia alternativa esbarram em dificuldades, além de haver, muitas vezes, “pouca solidariedade” entre eles.

Trabalhar de forma coletiva ainda é um desafio para muitas comunidades e grupos de produção. No Assentamento Pastorinhas não é diferente, o trabalho ainda é individualizado para alguns assentados. Em contrapartida, a comunidade do assentamento é organizada, o que

pode ser um facilitador do processo de conscientização da importância do trabalho solidário. No entanto, apesar dessa organização, ainda existem lacunas a serem preenchidas no processo de emancipação dos assentados, assim como das mulheres. Priorizar ações coletivas, discussões e decisões poderia contribuir de forma significativa para melhorar as relações entre os assentados, favorecendo a cidadania comunitária, beneficiando a proposta de emancipação social.

Ao trazer a proposta de emancipação para o Assentamento Pastorinhas, percebe-se que ela acontece parcialmente nas esferas social, política, cultural e econômica da comunidade do assentamento, pois, apesar de este ser um assentamento organizado, as mulheres ainda continuam tendo jornada dupla de trabalho, os homens continuam não tendo vinculação ao serviço doméstico e os assentados, sejam eles homens ou mulheres, ainda têm dificuldades em lidar com a presença dos atravessadores dentro da própria comunidade. Assim, mesmo que a comunidade produza e se sustente a partir do trabalho, seja ele coletivo ou não, que a opção por uma não vinculação ao MST seja sinônimo de autonomia para a comunidade e que o acesso à vida pública seja uma conquista das mulheres do assentamento, ainda assim, o processo de emancipação entendido como a capacidade de constante reavaliação das estruturas, precisa ser repensado.

Ao abordar as correntes do feminismo, buscou-se destacar a que se adéqua melhor à compreensão da Economia Popular Solidária. A corrente do Feminismo Socialista, por se basear na perspectiva da libertação da mulher, por meio de sua independência econômica, e por defender uma sociedade sem classes incidiria na ruptura com as desigualdades de sexo, gênero e raça. Diante disso, ao propor ressignificar o trabalho a partir da satisfação das necessidades pessoais e não pelo seu valor de troca, a EPS também contribui, dentre outros fatores, para o rompimento da divisão sexual do trabalho. Esta divisão sexual do trabalho é focada pelo Feminismo Socialista nas relações de gênero e sistema de sexo-gênero (e não sexo ou gênero).

Sob o aspecto das políticas de proteção social, as mulheres do Pastorinhas não são dependentes desse tipo de “benefício”, considerando-se como “líderes do campo” que conseguiram desconstruir a idéia assimilada socialmente da superioridade masculina, tendo toda capacidade de romper com os limites do individualismo, buscando na solidariedade e no trabalho coletivo uma forma qualidade de vida. No entanto, o antagonismo se faz presente quando se trata da vida privada das mulheres do assentamento, que continuam fazendo dupla jornada: ao mesmo tempo em que trabalham em casa cuidando dos filhos e dos afazeres domésticos, estão na lavoura ajudando os maridos.

Espera-se que, a partir do presente estudo de caso, possam ser realizadas novas investigações, tanto no assentamento pesquisado, quanto em outras realidades semelhantes, rurais e urbanas, nas quais se constrói a intrincada trama de mulheres e homens que buscam formas renovadas de construção do econômico, do social e do político no mundo contemporâneo. É a partir desses estudos que podem avançar não só os debates, que parecem ainda tímidos e relativamente escassos sobre a emancipação feminina nos processos de Economia Solidária, bem como podem ser reposicionadas as propostas e ações de atores não-governamentais e do Estado que buscam transformar essa realidade. Entende-se que a emancipação da mulher por meio da EPS não é algo que pode ser resolvido de forma pontual ou imediata, mas demanda uma ação complexa e em longo prazo que possibilite a construção de novas formas de vida.

A presente pesquisa apresentou limitações, principalmente por ser um estudo de caso e, por isso, não permitir generalizações. Por esta razão, são sugeridas pela pesquisadora novas abordagens que articulem a condição feminina a outras dimensões de análise ou que se aprofundem algumas delas em outras realidades da Economia Popular Solidária e até mesmo no próprio assentamento, analisado no futuro. São sugeridos estudos longitudinais no tempo ou entre diferentes realidades socioculturais (na América Latina, por exemplo) e estudos que se dediquem mais à cultura política brasileira e suas implicações para a realidade da mulher, bem como pesquisas voltadas mais detidamente à questão da sexualidade e do corpo feminino na vida privada e seus rebatimentos na vida pública.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L.; ABREU, A. R. P. (org.). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. 1.ed. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998. 368 p.
- ABRAMOVAY, R. **Entre Deus e o Diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais**. São Paulo, 2004. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/ts/v16n2/v16n2a02.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ts/v16n2/v16n2a02.pdf)>. Acesso em 23 maio de 2009.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J. & GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**. 2.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. 198 p.
- ANTUNES, R. L. C. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2005. 136 p.
- ARCHER, M. Realismo e Agência. **Revista Estudos de Sociologia**, Recife, v. 6, n. 2, p. 51-75.jul., 2000.
- ARROYO, J. Cooperação econômica versus competitividade social. **Revista. Katálisis**, v.11, n. 1, Florianópolis, p. 73-83, janeiro/junho, 2008.
- ARRUDA, M. Globalização e desenvolvimento comunitário autogestionário. **Artigos & histórias de socioeconômica solidária**. São Paulo, PACS, p.1-26,1999.
- ARRUDA, Marcos, “Um novo humanismo para uma nova economia” In: KRAYCHETTE, G. et al. (orgs.) **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes/Capina/Cese, p.199-224,2000.
- BARCELLOS, A. P. **Economia popular e solidária: uma alternativa à crise no mercado de trabalho**. Florianópolis: UFSC, 2000. 62 p. Monografia (Bacharelado em Economia) – Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal de São Carlos, Florianópolis, 2000.
- BERNADI, C; ANGELIN, R. Mulheres na Economia Popular Solidária: desafios para a emancipação feminina e igualdade de gênero. 2007. **Revista Espaço Acadêmico**, Santa Rosa, nº 70, p 01-02, março, 2007.
- BOGDAN ROBERT, C.; BIKLEN SARI, K. **Investigação Qualitativa em Educação**.1.ed. Porto: Rés, 1994. 49 p.
- BORBA, A. et al (org.). **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. 1.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. 225 p.
- BRITO M. C. Gênero e cidadania: referenciais analíticos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, p.291-298, 2º semestre 2001.
- BRUMER, A. O sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão-de-obra feminina na força de trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.3, n. 8, p. 20-38, out. 1988.

BRUNI, L. Rumo a uma nova racionalidade econômica capaz de comunhão. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Economia de comunhão**. 1.ed. São Paulo: Cidade Nova, p. 35-56, 2002.

CAEIRO, J. Economia Social, conceitos, fundamentos e tipologia. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 1, nº 1, p. 61-72, jan./jun. 2008.

CALÁS, M.; SMIRCICH, L. Do Ponto de Vista da Mulher: Abordagens Feministas em Estudos Organizacionais. In: CALDAS, M. P.; FACHIN, R. C.; FISCHER, T. (orgs.) **Handbook de estudos organizacionais**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1998, p. 275-329.

CAMPOS, W. **Um método para análise e co-gestão de coletivos**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 236 p.

CARBONARI, P. **Economia popular solidária**: possibilidades e limites. Seminário Regional Passo Fundo de Trabalho e Economia Popular e Solidária. Passo Fundo, 1999 Disponível em: <<http://www.ifil.org/rcs/biblioteca/Carbonari.htm>>. Acesso em: 20 maio de 2009.

CARVALHO, H. M. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). In.: SANTOS, B. S.(org.) **Produzir para viver**: os caminhos da produção não-capitalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p 233-258.

CATTANI, A. D. Emancipação social. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra economia**. 1. ed. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 130-134

CATRO, E; CAPELLIN, P. Fazer, Pensar e Decidir: Os Papéis das Mulheres nos Assentamentos Rurais. Algumas Reflexões a Partir de Três Estudos de Casos. **Raízes**, Rio de Janeiro, ano XVI, nº 15, p 113-130, dez./1997.

CULTI, M. Mulheres na economia solidária: desafios sociais e políticos. Trabalho apresentado no **IV Congresso Europeo CEISAL de Latinoamericanistas, Bratislava - República Eslovaca**, 2004. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/paginas/noticias/artigos/pdf>> Acesso em: 15 de maio de

DALLARI, D. **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 1991. 229 p.

DEMO, P. **Cidadania Pequena**. 1.ed. Campinas: Autores Associados, 2001. 119 p.

\_\_\_\_\_. **Pobreza da Pobreza**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 389 p.

FRANÇA FILHO, G. Terceiro setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Revista Bahia Análise e Dados**, Salvador, v.12, n. 1, 2002. p. 9-19. Disponível em: <<http://wiki.dcc.ufba.br/pub/PSL/EconomiaSolidaria/EconomiaSolidariaFronteirasConceituais.pdf>> Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

\_\_\_\_\_. Esclarecendo terminologias: as noções de terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular em perspectiva. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, [S.l.], v. 3, n. 5, p 51-59, 2001.

FISHER, I.; GELHEN, V. **Chão masculino, pão feminino. n.130/20012. Universidade Federal de Pernambuco.** 7p. Disponível em: <<http://www.fudaj.gov.br>> Acesso em: 12 de fevereiro de 2010.

GAIGER, L. A economia popular solidária no horizonte do terceiro setor. Dublin: **ITR'S Fourth international conference**, p 103-151, julho 2000.

GAIGER, L. A Solidariedade como alternativa econômica para os pobres. **Contexto e Educação**, n. 50, p.47-71, 1998.

GAIGER, L. Racionalidade nos formatos produtivos autogestionários. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 2, mai/ago, p. 513-545, 2006.

GAIGER, L. Empreendimentos Solidários: uma alternativa para a economia popular? In: GAIGER, L (Org). **Formas de resistência de combate à pobreza.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 1996, p. 101-126.

GARCIA, M; JÚNIOR, A. Trabalhadoras Rurais e Luta pela Terra: interlocução entre gênero, trabalho e território. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Barcelona. v. 6, n. 119, 15 p. 1 de agosto de 2002.

GOHN, M. G. **Novas teorias dos movimentos sociais. 1. ed.** São Paulo: Loyola, 2008. 168 p.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, Art. 5, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=4838&Secao=FÓRUM&Volume=6&numero=1&Ano=2007>>. Acesso em: 15 de março de 2009.

GUSTIN, M. **Das necessidades humanas aos direitos:** ensaio sobre sociologia e filosofia do direito. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2000. 243 p.

HITE, S. **Sexo e Negócio.** 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, 488p.

KUTKOWSKI, J; LIANZA, S. **Sustentabilidade de empreendimentos solidários:** que papel espera-se da tecnologia? Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 2004. p. 167- 186.

LAVILLE, J. Do século 19 ao século 21: permanência e transformações da solidariedade em economia. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 20-42, jan./jun. 2008.

LECHAT, N. Economia Social, economia Solidária, terceiro setor: do que se trata? **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, ano 2, n. 1, junho 2002

LEITÃO, S.; SPINELLI, R. Economia de comunhão no Brasil: a produção acadêmica em administração de 1991 a 2006. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro 42(3):451-69, maio/jun. 2008.

LÉVESQUE, B. Contribuição da nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 47, n. 2, p.49-60, abr/jun, 2007.

LIMA, M. A. B. Economia de comunhão X custos de transação: uma visão das organizações imbuídas da cultura da partilha. **Revista Eletrônica de Administração**, 12. ed, v. 5, n. 4, p.

53-64, nov./dez. 1999. Disponível em: <<http://www.read.ea.ufrgs.br>> Acesso em: 12 de abril de 2009.

LISBOA, A. A. Os desafios da economia popular solidária. **Revista Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v. 35, n. 111, p. 47-62, jul-ago2000.

MAIOR FILHO, J. Pesquisa em Administração: em defesa do estudo de caso. **Revista Administração Empresarial**, Rio de Janeiro, 24 (4): 146-149 out/dez, 1984.

MANCE, E. **A revolução das redes: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, 220 p.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: ATLAS, 2006, 106 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Negócios para Amazônia sustentável: programa-piloto para proteção das florestas tropicais do Brasil – PPG7**. Rio de Janeiro, 2002, 436 p.

NAVARRO, Z. “Mobilização sem emancipação”- as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In.: SANTOS, B. S.(org) **Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p 189-227, 2002.

NETO, O; MOREIRA, M; SUCENA, L. Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Ouro Preto, 2002, 26 p.

NOBRE, M. A Produção do Viver. **Cadernos Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. Sempre viva Organização Feminista- SOF**. São Paulo, p. 9-25, 2003.

NOGUEIRA, C. M. **A feminização do mundo do trabalho**. 1.ed. São Paulo: Autores Associados, 2004, 136 p.

NUNES, F.; RETO, L.; CARNEIRO, M. et al. **O terceiro sector em Portugal: delimitação, caracterização e potencialidades**. Lisboa: Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (Incoop), 2001, 260 p.

PAULILO, M. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, nº 21, junho 2000, 18 p.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: Gadotti, M.; Gutiérrez, F. **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993, p 34-58.

ROLDÃO, L. B. **Cooperativismo e economia popular solidária**. Rio Grande: UFRG, Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Fundação Universidade Federal do Rio Grande - UFRG, Rio Grande, 2004, 57 p.

SALES, C. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007.

SALVARO, V. Jornada de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2003.

SEGNINI, L. R. P. Nota Técnica: do ponto de vista do Brasil: estudos organizacionais e a questão do feminismo. In: CALDAS, M. P.; FACHIN, R. C.; FISCHER, T. (orgs.) **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998, p. 330-333.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 410 p.

SERVA, M; JÚNIOR, P. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.1, p. 64-79, maio/junho 1995.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002, 128 p.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (orgs.). **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000, 360 p.

SOUZA, L. **Características Socioeconômicas das Artesãs da Associação dos Artesãos de Maringá**. Maringá: instituição, 2003. 60 p. Monografia, especialização em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2003.

TEODÓSIO, A.S.S. Estudo de Caso: um resgate do conceito e de suas potencialidades. **Vertente**. Contagem/MG: PUC Minas Contagem, v.2, n.4, p. 31-38, jul/dez.2000.

TERENCE ANA, C.F. & FILHO EDMUNDO, E. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. In: ENEGEP, 26., 2006, Ceará. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006.pdf>> Acesso em: 10 de junho de 2009.

TOURAINÉ, A. **O mundo das mulheres**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2007, 207 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Programa Pólos De Cidadania/ Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Projeto Incubação de cooperativa e associações para o fortalecimento de grupos de mulheres e jovens na geração de trabalho e renda. **Relatório 2007-2008**. Belo Horizonte, 2008, 20 p.

VALE, G *et al.* Capital social e suas implicações para o estudo das organizações. **O&S**, v.13, n.36, p. 45-63, Janeiro/Março, 2006.

VEIGA, L.; GONDIM, S.M.G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. **Opinião Pública**, São Paulo, v.2. n. 1, pp. 1-15, 1994.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001, 248 p.

WELLEN, H. Contribuição à crítica da economia solidária. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 11 n. 1, p. 105-115, jan./jun. 2008.

## **ANEXO 1 - Roteiro de entrevista no Assentamento Pastorinhas**

1. Fale de sua trajetória de vida e seu envolvimento com o Assentamento Pastorinhas.
2. Como é a história do Assentamento Pastorinhas? Quais foram os acontecimentos mais importantes? Como você vivenciou essa história?
3. Vocês recebem ou receberam apoio de alguém ou de alguma entidade para se assentarem no Pastorinhas? Que tipo de apoio? O que há de bom e de ruim nisso?
  - a. Governo
  - b. Parcerias (Igreja Católica, Cáritas, Maristas, Balão Vermelho, ...)
  - c. MST
4. Como é a sua vida fora do assentamento?
  - a. Trabalho
  - b. Representação junto aos grupos externos
  - c. Relacionamentos
5. Como é o seu cotidiano no Assentamento Pastorinhas?
6. Como é a sua relação com a terra (propriedade rural)? E dos outros assentados? E a relação das mulheres com a terra?
7. Por que as pessoas estão aqui no Assentamento Pastorinhas? O que a maioria das pessoas estão buscando aqui no Assentamento Pastorinhas? E as mulheres?
8. O que seria ideal para as mulheres no Assentamento Pastorinhas viverem com dignidade e se realizarem? Quais foram as principais conquistas para as mulheres do Assentamento Pastorinhas? E os desafios que precisam ser superados?
  - a. Trabalho
  - b. Organização Comunitária
  - c. Atividades Domésticas
  - d. Representação junto a grupos externos

9. Como você avalia as decisões tomadas no Assentamento Pastorinhas? E o papel das lideranças do Assentamento? As mulheres participam das decisões e da liderança? Por quê?
10. Como você vê a participação das pessoas no Assentamento Pastorinhas? E a sua participação? E a participação (das outras) mulheres?
- Trabalho
  - Organização Comunitária
  - Atividades Domésticas
  - Representação junto aos grupos externos
11. Como você vê a cooperação e a competição dentro do Assentamento Pastorinhas? E como isso acontece entre as mulheres?
12. Como é a divisão das tarefas dentro do Assentamento? E a divisão de tarefas entre homens e mulheres no assentamento? Por que ela é assim? O que há de bom e de ruim nisso?
- Trabalho
  - Organização Comunitária
  - Atividades Domésticas
13. Qual a renda média mensal das famílias hoje no assentamento? E das mulheres? As famílias e as mulheres estão satisfeitas com o que têm ganhado atualmente? Por quê?
14. Para onde vocês vendem a produção do assentamento? O que você acha disso?
15. Como é a divisão da renda entre homens e mulheres gerada a partir da comercialização da produção no assentamento? O que você acha disso?
16. A comunidade Pastorinhas utiliza a associação do assentamento para comercialização da produção? Se não, por quê? A comunidade pretende utilizar a associação para comercialização?
17. Quais os seus planos para o futuro? Pretende continuar no Assentamento Pastorinhas? Por quê?
18. Como você vê o futuro das mulheres no Assentamento Pastorinhas?

19. Idade: \_\_\_\_\_

20. Sexo: \_\_\_\_\_

21. Formação: \_\_\_\_\_

22. Tempo de moradia no Assentamento Pastorinhas: \_\_\_\_\_

23. Quantas pessoas moram com você? \_\_\_\_\_

24. Quem comanda a família? \_\_\_\_\_

25. Tem papel de liderança no assentamento? \_\_\_\_\_

26. Participa do grupo produtivo? \_\_\_\_\_

**ANEXO 2 – Cartilha da mulher na Economia Popular Solidária****FERNANDA DE LAZARI CARDOSO MUNDIM****CARTILHA DA MULHER NA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA**

Proposta de Intervenção apresentada ao Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

**Belo Horizonte  
2010**

## APRESENTAÇÃO

A Economia Popular Solidária (EPS) é uma alternativa de trabalho muito antiga, porém também muito recente. Existe muita gente que vive da EPS e nem sabe disso. São pessoas que trabalham juntas, umas ajudando as outras, pensando e construindo o bem de todos.

Esta cartilha foi feita para ajudar a compreender a proposta da EPS, esta forma de produção e inclusão social em crescente desenvolvimento no Brasil.

Assim, ela traz informações básicas e indispensáveis de organização coletiva e autogestão, princípios fundamentais da EPS e, principalmente, sobre o papel da mulher neste tipo de empreendimento. Esta cartilha se dedica a você: você, comunidade popular; você, desempregado; você, artesão; você, associação; você, grupo produtivo, enfim, você, que já vive da economia solidária e nem sabe disso; ou você, que pensa em produzir em grupo, de modo sustentável e justo. E, mais ainda, se dedica a você, mulher, para que, a partir de atividades geradoras de renda, continue se abrindo para você um espaço, com as mesmas chances do homem mediante à propriedade coletiva.

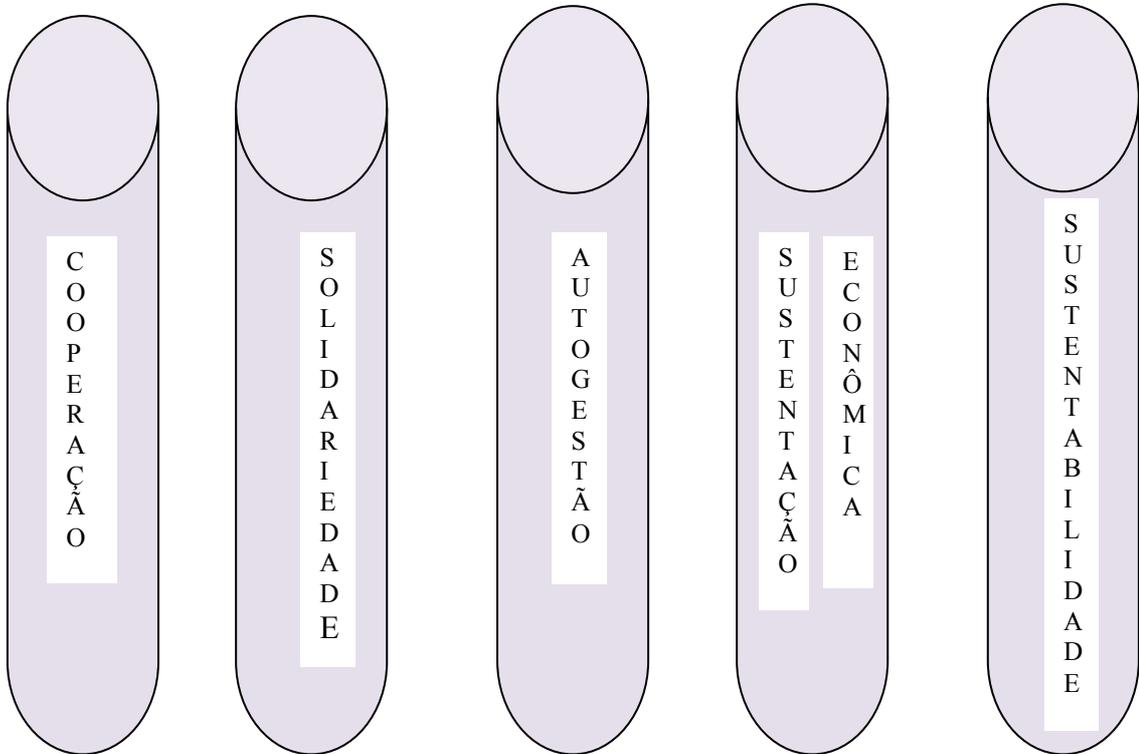
Desta forma, esta cartilha se divide em dois capítulos básicos e bem fáceis de entender. O primeiro trata, de modo geral, dos princípios da EPS e o segundo se foca no entender de que um processo de organização coletiva como este pode transformar o papel das mulheres na sociedade, pois a existência de mulheres líderes neste campo, em setores tidos como masculinos, gera uma mudança da idéia socialmente instaurada da superioridade masculina nas atividades não só econômicas, mas políticas, sociais, públicas e privadas.

É muito importante lembrar que esta cartilha não se constitui de um fim. Ela é, ao contrário, um suporte para o início de um desafio maior: casar geração de renda com emancipação da mulher e inclusão política e social. Isto posto, boa leitura e mãos à obra!

*A EPS pode ser uma alternativa encontrada para o processo de emancipação do sujeito, de geração de trabalho e renda e inclusão política e social.*

## 1. PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Os princípios básicos da Economia Popular Solidária se sustentam em cinco pilares, igualmente importantes:



Vamos imaginar que você faz parte de um grupo que resolveu se reunir para analisar uma alternativa de trabalho e decidir como iria se organizar e o que pretendia fazer. Se todos:

- ✓ participaram das decisões e ajudaram nas tarefas para constituir o empreendimento;
- ✓ mesmo em tarefas diferentes, trabalharam em torno dos mesmos objetivos e buscaram os mesmos resultados;
- ✓ não concorreram para ver quem é mais importante e quem ganha mais;
- ✓ optaram por uma assembléia na qual ficou decidido o que cada um ganhará...

Então... seu grupo sabe o que é COOPERAÇÃO!

*A cooperação e motivação melhoram as condições para alcançar os objetivos comuns do empreendimento, para que as decisões sejam cumpridas e as dificuldades sejam transformadas em desafios e propostas, ampliando suas atividades e qualificando seu produto.*

Se todos:

- ✓ apoiaram as atividades do empreendimento e colaboram uns com os outros na execução das suas tarefas;
- ✓ entenderam que mulheres e homens têm as mesmas capacidades e possuem os mesmos direitos e deveres;
- ✓ preocuparam-se com o empreendimento e priorizaram seus resultados, mas também participaram de reuniões, encontros e conversas com pessoas de outros grupos solidários...

Então... seu grupo sabe o que é SOLIDARIEDADE!

*É muito importante que a comunidade e os outros empreendimentos econômicos solidários também se desenvolvam e reconheçam a importância da solidariedade.*

Se todos entenderam que:

- ✓ no empreendimento, não existe empregado e patrão, ninguém manda mais do que o outro e todos têm espaço e oportunidade de dizer o que pensam e o que querem;
- ✓ todos são donos dos equipamentos e das ferramentas que utilizam em seu trabalho;
- ✓ quando existe algum problema para ser resolvido ou quando se decide sobre o que fazer com alguma sobra da renda, todos têm o direito e o dever de dar sua opinião e seu voto;
- ✓ é importante participar das decisões que precisam ser tomadas e comprometerem-se com o que o coletivo decide;
- ✓ é preciso realizar reuniões para conversar sobre as propostas de cada um e, depois, decidir sobre o que irão fazer, quem vai fazer e como deve ser feito...

Então, seu grupo sabe o que é AUTOGESTÃO!

*Alguns trabalhadores precisam assumir a tarefa de coordenação, para que as decisões se transformem em realidade.*

Se todos priorizaram:

- ✓ o conhecimento, as habilidades e a criatividade das pessoas;

- ✓ um trabalho digno e uma renda justa para todos os seus sócios;
- ✓ o interesse em consumir produtos e serviços de outros empreendimentos solidários;
- ✓ o desenvolvimento de alternativas de trabalho e renda, fortalecendo as identidades culturais...

Então... seu grupo sabe o que é SUSTENTAÇÃO ECONÔMICA!

*É muito importante priorizarem o trabalho no seu empreendimento, para que possam viver dele.*

Se todos cuidaram para que:

- ✓ as máquinas e a matéria-prima utilizadas para produzir os seus produtos ou realizar os seus serviços não comprometeram a saúde das pessoas e a preservação dos recursos naturais;
- ✓ existisse o manejo ecológico de todas as suas atividades, seja dos resíduos ou na comercialização dos seus produtos nas feiras e lojas...

Então... seu grupo sabe o que é SUSTENTABILIDADE!

*Na EPS existe a consciência de que os recursos naturais são limitados, logo é imprescindível ajudar na educação de todas as pessoas sobre a importância e necessidade da preservação desses recursos.*

## 2. PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Entendidos os princípios da Economia Popular Solidária, que não excluem nenhum dos atores sociais que dela queiram se utilizar para realizar um trabalho cooperado, solidário, autogestionário e economicamente sustentável, é chegada a hora da pergunta: quem são essas pessoas que compõem a EPS?

É claro que são os trabalhadores, mas é muito importante lembrar que existe uma relação social instaurada, que organiza a sociedade, entre homens e mulheres. Só que, no entender coletivo da EPS, um processo de organização coletiva como este pode transformar o papel das mulheres na sociedade, embora não seja uma ação apenas de mulheres. Ou seja: o que importa, aqui, é a amplitude que se pode dar à EPS, possibilitando às mulheres romperem com as barreiras sociais, econômicas e políticas impostas que as impossibilitam de conquistarem espaços até então, ocupados pelos homens.

### 2.1. Uma pequena história da história da emancipação feminina

No dia 7 de setembro de 1968, enquanto Jordi Ford era eleita Miss América e, do lado de fora do teatro, uma centena de mulheres gritava lemas de protesto, a história eternizava um episódio que, na realidade, nunca aconteceu: a queima de sutiãs em praça pública. Para protestar contra a ditadura da beleza que estava sendo imposta às mulheres de seu tempo - o degradante símbolo burro-peitudo-feminino, como dizia o manifesto divulgado naquele dia - mulheres de vários estados americanos saíram às ruas de Atlantic City levando símbolos de feminilidade da época: cílios postiços, revistas femininas, sapatos de salto alto, detergentes e sutiãs. Elas organizaram uma "lata de lixo" onde todos os apetrechos seriam queimados. Mas a queima não chegou a ocorrer. "A prefeitura não autorizou o uso de fogo", diz a feminista americana Amy Richards.

Os Estados Unidos viviam um momento delicado: tropas invadiam o Vietnã e Martin Luther King havia sido assassinado. Militarismo, racismo e sexismo eram palavras quase equivalentes - os males da sociedade, os inimigos a serem combatidos. E foi nesse contexto que o movimento feminista cresceu. Não como uma revolta contra os homens, mas a favor da maior igualdade entre os seres humanos. "O movimento feminista não era nada mais que um sindicato de mulheres. Tinha as mesmas reivindicações que os sindicatos na época: igualdade de direitos e liberdade de expressão", afirma a feminista Rose Marie Muraro, uma das precursoras do movimento no Brasil.

Foram a depuração do movimento feminista, a liberação sexual e a crescente - e inevitável - participação feminina no mercado de trabalho que começaram a dar novos contornos à imagem da mulher. A eterna dicotomia começou a ruir, ao lado da exclusão social e da falsa aura de fragilidade, que acompanharam as mulheres ao longo de séculos. Um novo enredo está sendo escrito - desta vez, por elas mesmas.

*Este texto foi retirado da revista Superinteressante, da edição 196, de janeiro de 2004.*

## 2.2. Escrevendo o enredo

Este enredo nada mais é que a amplificação das idéias esboçadas no primeiro capítulo, considerando a atuação das mulheres.

Sendo assim, vamos escrevê-lo na forma de perguntas e respostas, para chegarmos, mais facilmente, ao objetivo desta cartilha, que é o de explicitar o quanto a EPS pode significar no processo de emancipação da mulher que, a partir de agora, escreverá sua história, junto ao homem, embasada nos cinco pilares cuidadosamente descritos no primeiro capítulo.

### ***A Economia Popular Solidária é uma forma de organização econômica?***

A EPS é uma nova forma de organização econômica, que se baseia no trabalho coletivo, na igualdade entre seus participantes, na divisão do poder de decisão e pela fidelidade na representatividade do grupo, sendo a igualdade e a democracia elementos chaves neste movimento econômico.

### ***Podemos dizer que a EPS é uma “modificação” do capitalismo?***

Não. A EPS, ao contrário, tem a proposta de se orientar por princípios opostos ao capitalismo: em vez de concorrência, cooperação; em vez de exclusão social, integração; em vez de exploração da força de trabalho, trabalho livre, cooperativo e em benefício de todos. O conceito de EPS traduziria um espaço sócio-educacional em construção, uma nova forma de sociabilidade caracterizada por vínculo de sentido moral e de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns. As iniciativas de caráter associativo poderiam ser facilitadores de processos de inclusão e emancipação social de grupos historicamente sujeitos à exploração

econômica, assim como uma possibilidade de superar as diferenças de gênero, pois se assentariam na horizontalidade, autonomia, cooperação, auto-gestão e ajuda mútua.

***E o que seria, exatamente, essa possibilidade de superar as diferenças de gênero?***

Entende-se que a EPS, por meio do cooperativismo/associativismo, poderia atuar positivamente nos processos de emancipação da mulher, pois possibilitaria não apenas a inclusão produtiva de grupos marginalizados e excluídos, mas, acima de tudo, permitiria a (re)significação do trabalho e do lugar ocupado por essa mulher na sociedade, abrindo espaço para a construção de percepções, relações e práticas emancipatórias.

***Como se daria, na prática, essa (re)significação?***

A EPS poderia contribuir de várias formas, dentre elas para aliviar o cotidiano das mulheres, pois estas partilhariam o peso de suas “obrigações”, o que contribuiria para uma melhor articulação entre a vida familiar e profissional, para que, no contexto de trabalho solidário, as mulheres possam contar com espaços de discussão que privilegiem a expressão de reivindicações e pressionem efetivamente as autoridades públicas a construírem políticas públicas de gênero, ajudando, assim, no desenvolvimento da capacidade da mulher ser protagonista de mudanças sociais e institucionais mais favoráveis para elas e para viabilizar o acesso ao crédito e proporcionar a sua emancipação financeira.

Ou seja: se retormarmos o pilar da SOLIDARIEDADE, aquele do primeiro capítulo no qual fizemos uma simulação de um grupo que resolveu se reunir para analisar uma alternativa de trabalho e decidir como iria se organizar e o que pretendia fazer, veremos que, para entender a SOLIDARIEDADE, é preciso entender que mulheres e homens têm as mesmas capacidades e possuem os mesmos direitos e deveres.

Aí tudo se simplifica: basta partir do pilar da SOLIDARIEDADE, passar pela COOPERAÇÃO, aprender a se AUTOGERIR, ter em mente a necessidade de uma ECONOMIA SUSTENTÁVEL para que homens e mulheres estejam no mesmo patamar – o patamar de uma economia pautada na igualdade e na democracia.

***Uma informação de peso...***

*Alguns dados levantados nas investigações sobre a experiência concreta da mulher em sociedade evidenciam que as atividades femininas têm se desenvolvido também em espaços políticos ou públicos, até então preenchidos pelos homens.*

## **O ENREDO CHEGOU AO FIM?**

NÃO. Trabalhar de forma coletiva ainda é um desafio para muitas comunidades e grupos de produção, sendo que ainda existem lacunas a serem preenchidas no processo de emancipação da mulher. Priorizar ações coletivas, discussões e decisões poderia contribuir de forma significativa para melhorar as relações entre envolvidos nos empreendimentos solidários, favorecendo a cidadania comunitária, beneficiando a proposta de emancipação da mulher.

Devemos pensar que a atuação das mulheres na EPS a partir das atividades geradoras de renda abre a elas um campo para que se tornem proprietárias dos meios de produção, com as mesmas chances que os homens mediante a propriedade coletiva. A renda também será mais bem distribuída entre homens e mulheres, visto que a distribuição do excedente parte do princípio democrático de igualdade de direitos aos cooperados, independente do sexo. As estatísticas sempre demonstraram salários menores para mulheres em relação aos homens ao longo dos tempos, porém isso pode mudar com a perspectiva da EPS.

Com a propriedade coletiva dos meios de produção, a EPS propõe o rompimento com a divisão social do trabalho, visto que une proprietários dos meios de produção e o trabalhador, une ou diminui a distância entre trabalho manual e intelectual a partir da gestão democrática e trabalho coletivo. Nesta relação não se coloca como estratégia a divisão sexual do trabalho.

Espera-se que, a partir desta cartilha, possam ser realizadas novas investigações nas quais se constrói a embaraçada trama de mulheres e homens que buscam formas renovadas de construção do econômico, do social e do político no mundo contemporâneo. É a partir desses estudos que podem avançar não só os debates, que parecem ainda tímidos e relativamente

escassos sobre a emancipação feminina nos processos de Economia Popular Solidária, bem como podem ser reposicionadas as propostas e ações de atores não-governamentais e do Estado que buscam transformar essa realidade. Entende-se que a emancipação da mulher por meio da EPS não é algo que pode ser resolvido de forma pontual ou imediata, mas demanda uma ação complexa e em longo prazo que possibilite a construção de novas formas de vida. Mas as questões não se esgotam aqui, há muito ainda por questionar, por investigar!

## LEITURAS INICIAIS

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002, 128 p.

CATTANI, A. D. Emancipação social. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra economia**. 1. ed. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 130-134

TOURAINÉ, A. **O mundo das mulheres**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2007, 207 p.

### PARA SABER MAIS...

BRUMER, A. O sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão-de-obra feminina na força de trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.3, n. 8, p. 20-38, out. 1988.

CULTI, M. Mulheres na economia solidária: desafios sociais e políticos. Trabalho apresentado no **IV Congresso Europeu CEISAL de Latinoamericanistas, Bratislava - República Eslovaca**, 2004. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/paginas/noticias/artigos/pdf>> Acesso em: 15 de maio de 2009.

GAIGER, L. Empreendimentos Solidários: uma alternativa para a economia popular? In: GAIGER, L (Org). **Formas de resistência de combate à pobreza**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1996, p. 101-126.

KUTKOWSKI, J; LIANZA, S. **Sustentabilidade de empreendimentos solidários**: que papel espera-se da tecnologia? Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 2004. p. 167- 186.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (orgs.). **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000, 360 p.